

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Nº 133 • Ano IV • 23 de julho a 6 de agosto de 1981 Cr\$ 50,00

Nicarágua: 2 anos de revolução
(pgs. 18 e 19)

Convenção Nacional: petistas
não aceitam fusão (pgs. 2 e 3)



Em São Paulo, um pelego suspira...

METALÚRGICOS DERROTAM O MAIOR PELEGO DO BRASIL

(pgs. 9, 10, 11)



(pgs. 13 a 16)

**DOSSIÊ
SECRETO
A ESQUERDA
VISTA PELO
DOPS**

PRÉ-CONVENÇÃO NACIONAL

Petistas lançam suas propostas

As várias visões sobre as tarefas atuais do partido segundo as lideranças mais expressivas das correntes de pensamento no interior do PT.

Depois das municipais e das regionais, agora é a vez da nacional. Nos dias 8 e 9 próximos petistas de todo o país estarão reunidos na pré-convenção nacional do partido, em São Paulo, para fechar o processo de debates que o partido vem vivendo nas últimas semanas e eleger a direção nacional do PT.

Todo este processo aflorou uma série de posições dentro do partido que EM TEMPO tem publicado como forma de subsidiar a construção do PT.

Uma contribuição própria do jornal abriu este debate dando uma visão de conjunto sobre os temas em pauta (ver ET n.º 130). Em seguida os líderes de São Bernardo, em mesa redonda realizada pelo jornal, deram sua concepção dos problemas e tarefas que hoje enfrenta o PT (ver ET n.º 131). Posteriormente divulgamos uma proposta sistemática e abrangente da direção estadual gaúcha sobre os rumos da consolidação do partido (ver ET n.º 132). E agora, selecionamos neste painel algumas das mais expressivas figuras das várias correntes de pensamento existentes dentro do partido para opinarem sobre os temas em pauta nesta reta final de discussões:

- 1) Concepção de partido;
- 2) Momento político nacional e as tarefas do PT;
- 3) Eleições de 82;
- 4) Regimento Interno e
- 5) Linha sindical.

Aqui, uma síntese das propostas que estas lideranças petistas levarão para o debate na pré-convenção nacional.

PT — uma organização política independente

Josimar Moreira de Melo, jornal O Trabalho

“Enquanto partido em construção o PT ainda tem uma série de problemas políticos a resolver. Mas o fundamental é que ele até agora tem sabido preservar sua característica de organização política independente dos trabalhadores”, afirma Josimar, presidente do Diretório Distrital do Belenzinho, S. Paulo.

Para ele os problemas relativos a linha sindical, por exemplo, ainda demandarão um certo tempo até que o PT possa resolvê-los satisfatoriamente. “Nossa política sindical será elaborada na medida mesma em que o partido intervenha nos acontecimentos da luta de classes do país”.

O fundamental para a pré-convenção nacional é que o partido afirme sua identidade. Para isto, continua ele, “é importante a decisão de um regimento interno que consolide uma estrutura de núcleos de base efetivamente democrática e, no plano das eleições de 82, que o PT garanta o lançamento de candidatos próprios”.

Uma frente eleitoral

José Eudes, presidente do PT do Rio

Com o título “A vitória do PT e a derrota da ditadura” o deputado estadual José Eudes encabeçou um documento preparatório da pré-convenção fluminense. Dois pontos chamam a atenção no texto: a proposta de greve geral e as eleições de 82.

Na questão da greve geral, Eudes argumenta que “reconhecemos a importância da discussão sobre a greve geral... Entretanto, não vemos condições para que esta proposta se viabilize a curto prazo. No sentido de ampliar e aprofundar a discussão sobre a greve geral e buscando dar passos no sentido da unificação do movimento propomos: um Dia Nacional de Luta contra o Desemprego a ser realizado em outubro”.

Apesar de destacar a importância da organização dos petistas na luta sindical, o deputado fluminense não crê que, nem no movimento sindical nem num plano mais geral, a proposta da greve geral seja central e viável hoje.

“É nas eleições de 82 que haverá um embate global entre o movimento popular e o regime militar. Na atual correlação de forças não é possível pensar qualquer outro tipo de enfrentamen-

to global (greve geral para agora, enfrentamentos políticos nacionais de massa, insurreição etc)”, afirma o documento.

Indo adiante neste raciocínio Eudes defende que nas eleições para os cargos executivos, a afirmação política do PT se dará na medida em que ele mais contribua para derrotar os “maiores inimigos do povo fluminense, a ditadura e o chaguismo”. E como, segundo Eudes, “o PT sozinho não é capaz de cumprir esta tarefa” o que se coloca então “é a formação de uma frente entre o PT, o PMDB, e o PDT que cumpra estes objetivos”.

É claro que esta frente, segundo Eudes não se dará a partir de um candidato do PT. “Consideramos equivocada a idéia de lançarmos um candidato a governador pelo PT em nosso estado. Sabemos que o candidato da frente não virá do PT”, diz o documento.

Enfim, segundo Eudes, o que o PT deveria fazer é apoiar, a partir de um programa comum contra a ditadura e o chaguismo, aquele candidato com maiores chances de vitória dentre os atuais apresentados pelos outros partidos de oposição.

Ignácio Hernandez, presidente do PT mineiro

O PT tem que ser um partido mesmo

“O problema central que o PT enfrenta hoje é a sua consolidação como uma real organização político-partidária dos trabalhadores a nível nacional”, afirma Ignácio. Para ele o PT tem que se construir “como um partido mesmo; sobre isso não há dúvida nenhuma e, se há lugar dentro do partido para companheiros que tenham uma concepção frentista, no entanto, isso só pode se dar resguardada a prática e concepção majoritárias daqueles que entendemos o PT como um partido de massas dos trabalhadores”.

A partir daí Ignácio entende que a tarefa que temos agora pela frente dentro do PT “é principalmente calcar a construção do partido na organização de base. Uma campanha de nucleação que dê a esta base do partido a dimensão e a influência necessária para que o PT seja de fato dos trabalhadores e democrático”. Para isso, indica Ignácio, “temos que tirar dos núcleos o máximo de burocratização e dar-lhes o máximo de influência na vida interna e na ação externa do PT”.

Segundo o presidente do PT mineiro “esta meta organizativa se casa com a necessidade de aprovarmos agora também, além do regimento interno, um plano de ação para o partido se orientar na luta contra o desemprego que é a questão política central que temos pela frente”. E retomando

a proposta lançada por Lula no 1.º de Maio, Ignácio argumenta que “o centro desta resposta dos trabalhadores deve estar na plataforma lá lançada dentro da perspectiva da greve geral. É fundamental que o PT saia agora das convenções tendo claro que irá se lançar na luta guiado por esta proposta. Só assim superaremos as limitações políticas que o partido viveu no passado recente ao não ter uma proposta política geral para o momento”.

Na questão das eleições de 82, Ignácio relembra as posições contidas num documento elaborado por Virgílio Guimarães, um membro do PT mineiro, sobre a tática eleitoral que o partido deverá vir a adotar. E remarca: “esta discussão, contudo, não é central agora; primeiro temos que levar adiante a campanha de nu-

cleação e a luta contra o desemprego. Só assim o partido se preparará para enfrentar com força real, calcada na classe trabalhadora, a tarefa das eleições. Não teremos recursos como os partidos burgueses e assim teremos que nos fortalecer na organização de base para enfrentarmos a disputa eleitoral”.

“Em princípio, continua Ignácio, assumimos a mesma posição da direção nacional: candidatos próprios para todos os níveis. Mas é mais adiante, numa pré-convenção especial, que definiremos globalmente nossa tática eleitoral”.

Por fim, na questão sindical “é urgente uma definição do partido que, respeitando a autonomia dos movimentos, organize a ação do partido nos movimentos sociais”, conclui Ignácio.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Flávio Andrade, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Robinson Ayres, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilça Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S. A. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414. fone: 852-8880 - CGC 19.858.067/0002-70

Recursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1470; Loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680

Impressão: Cia. Editora Jorjões, R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

Alípio Freire, da direção paulista Não somos uma federação de tendências

Segundo Alípio, "sem dúvida alguma devemos definir um regimento interno, porém acho difícil que de imediato já consigamos fechar um regimento. Acho que sua formulação ainda será geral e de caráter transitório, o que é bom porque nos permitirá experimentar e verificar, na prática, o que se adequa ou não para uma estrutura de um partido democrático. Um exemplo disso é a discussão do conselho de representantes junto aos diretórios. Fica-se muito mais na discussão se ele é ou não deliberativo, quando a essência é definirmos canais efetivos de participação das bases junto à direção".

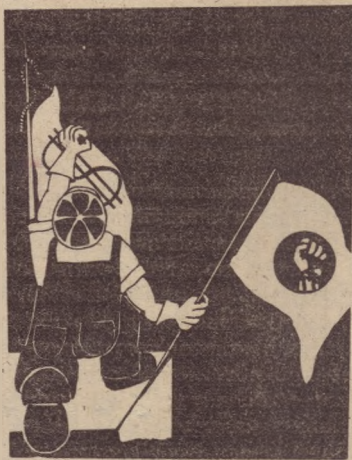
Noutro nível de questões Alípio coloca que "quero deixar claro que não devemos entender o PT nem como uma federação de tendências de esquerda, nem como um partido com intervenção apenas nos períodos de eleição e nem como uma federação de movimentos populares, mas sim como um partido político, onde todos devem ter assegurada a liberda-

de de opinião, porém, onde não cabem políticas individuais".

Sobre as eleições, o dirigente paulista afirma que "devemos encarar essa discussão como mais um dos aspectos políticos que o PT deve discutir, avaliar e resolver. Por isso, agrada-me a tendência geral de resolução que está se configurando, que é a de lançarmos candidatos em todos os níveis e locais do país. Isso é importante porque desarma os outros partidos da oposição, que esperavam uma resposta em contrário a isso, e depois porque lança a discussão eleitoral para marcos políticos. Agora, a resolução final sobre eleições só será completada, quando iniciarmos a discussão principal que ela envolve: a plataforma política que o PT defenderá e que deverá preceder a qualquer lançamento de candidato. E uma plataforma eleitoral do PT deve visar esboçar uma proposta global e alternativa dos trabalhadores para a sociedade".

Por fim, segundo Alípio, "as

direções do PT terão basicamente três grandes questões a resolver: discussão e preparação da greve geral, a mobilização contra a LSN e abrir a discussão sobre o socialismo que queremos, segundo a abordagem dada pelo nosso presidente nacional. Todas essas discussões deverão observar a democracia interna e a procura da explicitação política das divergências".



Cid Benjamin, da direção fluminense Por um PT de lutas

Sob o título "Por um partido de lutas, de massas e democrático" Cid de Queiroz Benjamin encabeça um documento lançado para a pré-convenção regional fluminense.

Na visão de Cid o PT tem hoje que contemplar, neste processo de definições três aspectos básicos: um plano de mobilização dos trabalhadores e setores populares, um regimento interno e uma tática eleitoral.

O centro deste plano de mobilização é a proposta lançada no 1º de Maio em São Bernardo dentro de perspectiva da greve geral. A proposta "permite que pensemos, a partir dela, na globalização sempre que possível dos movimentos existentes. Somos contra no entanto que a greve geral já tenha uma data marcada pois ela deverá ser reexaminada com cautela a cada passo de sua articulação" precisa o documento fluminense.

Na questão eleitoral, Cid coloca que "o ponto de partida para

que enfrentemos as eleições majoritárias para governador e prefeito deve ser o da elaboração de uma plataforma de governo... radicalmente democrática". O que, segundo Cid implica em que "embora defendamos que o PT deva ter candidatos a todos os níveis não estamos propondo o abandono da idéia da unidade das oposições contra a ditadura. Ao contrário achamos sim que o PT deve ter disposição para retirar candidatos desde que esteja preservada uma sólida aliança baseada na plataforma política".

Mas desde já o documento insiste na necessidade de candidatos próprios e critica enfaticamente os que pensam o contrário: "os que ainda ontem queriam invalidar o PT a qualquer custo, hoje são forçados a conviver com ele e tentam enquadrá-lo como um 'meio partido', 'humilde', 'que conhece o próprio lugar', ao qual nada mais restaria senão apoiar as figuras dos 'grandes' partidos de oposição".

Paulo Skromov, da direção paulista Uma linha sindical para o partido

"O fundamental hoje é a consolidação política e organizativa do partido, como um efetivo partido dos trabalhadores e não como uma frente de esquerda, ou uma frente eleitoreira", declara Paulo, presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo. Isto implica, segundo ele, por um lado na nucleação ampla dos filiados, na criação de um aparato de direção (finanças, jornal, etc), na incorporação da prática das pré-convenções e, por outro lado, na definição de um plano de ação para o momento e na criação de uma linha de atuação no movimento sindical.

O regimento interno é onde "definiremos para o PT uma real estrutura de partido. Aumentar as filiações, formalizar os núcleos e ampliá-los, criar os conselhos de representantes de núcleos nos diretórios etc". Somente assim, afirma Paulo, é que "não seremos tragados pela política convencional no rumo de desfigurar o PT num partido eleitoreiro".

Na questão do plano de ação Paulo endossa a posição da direção nacional sobre as eleições de 82 e a proposta da greve geral lançada por Lula. E afirma: "sobre as eleições deveremos mais adiante aprovamos uma tática eleitoral mais precisa para o PT, a partir de sua consolidação política e organizativa — que é nossa tarefa primeira — e após a reforma eleitoral ser definida".

Paulo insiste na importância de uma linha sindical para o PT. "O nosso partido somente ganhará a confiança e a respeitabilidade de milhões de trabalhadores na medida em que se mostrar uma força organizada de militantes do palco principal da luta de classes que é o movimento sindical".

E argumenta: "o que pensarão os trabalhadores vendo o PT sair dividido em disputas eleitorais nos sindicatos? O que pensarão os trabalhadores se o PT não aparecer como um instrumento útil à organização de suas lutas no dia a dia, nas fábricas, bairros e outros movimentos sociais? Enfim, um partido se mostra diferente não é somente na proclamação de seus princípios, mas fazendo-se diferente de fato no dia a dia das massas".

Por tudo isso, insiste Paulo "se o PT veio mesmo prá valer, para consolidá-lo como um real partido dos trabalhadores ele tem que se estruturar e agir em cima das lutas concretas dos trabalhadores". O rumo geral proposto por Skromov para a definição de uma linha sindical para o PT "inicia-se por uma proposta de linha a ser lançada pela direção, para aprovação posterior pelo conjunto do partido, e efetivada a partir de secretarias sindicais a serem criadas vinculadas aos diretórios e aos núcleos".



Sidney Lianza, da direção fluminense O partido junto à luta do povo

"Por um PT unido à luta do nosso povo". Com este título, um documento encabeçado por Sidney Lianza, o Sidão, foi lançado para a pré-convenção fluminense contendo uma proposta global referente aos vários temas que o PT está tratando neste período.

Sabidamente um defensor da concepção do PT como "uma frente política de massas" Sidney, no entanto, não toca nesta questão ao longo do extenso documento de 13 páginas.

O fundamental para Sidney é que "o movimento dos trabalhadores possua uma plataforma imediata de lutas concretas... que

consiga ser a resposta operária à política de arrocho e opressão da ditadura". As lutas principais a serem assumidas pelo PT são: 1) "Luta contra o terror e punição dos terroristas e 2) a Luta contra o desemprego e pela estabilidade".

Na questão das eleições Sidney caracteriza que "as eleições não constituem um momento de ruptura na conjuntura o que evidencia a importância do nosso partido se apresentar com um perfil nítido". Isto significa para ele a importância de uma plataforma eleitoral própria para o partido e, mesmo no caso do Rio

— onde o apelo para um candidato único das oposições é forte — "o PT deve lançar para o governo estadual um companheiro, que municiado com nossa plataforma de governo será, até segunda ordem, nosso candidato definitivo já que, se por um lado não somos por princípio contrários à idéia de frente, também não nos fechamos à dinâmica do movimento que pode, num determinado momento, indicar como justa a candidatura que, embora inviável do ponto de vista eleitoral, já é tida e defendida como sua por um grande número de trabalhadores".

Pré-convenção do PT gaúcho

Cerca de 200 delegados de todo o estado, no último fim de semana, debateram as tarefas atuais do PT e elegeram o seu diretório regional.

Pela nucleação e contra o eleitoralismo

O PT gaúcho também realizou sua pré-convenção estadual. Quase 200 delegados, representando os 15 mil filiados inscritos até o início de junho, observadores e convidados lotaram o plenário da Assembleia Legislativa, na tarde de sábado, dia 18 de julho.

A pauta previa uma discussão sobre o PT e a conjuntura política, o regimento interno e a eleição do Diretório Regional e da Representação gaúcha à pré-convenção nacional.

Na discussão do regimento interno da própria pré-convenção, ficou evidente que o transcorrer da reunião não seria fácil. Após longa discussão, que prejudicou o debate político sobre o PT e a conjuntura, foi aprovado o critério de que as chapas poderiam repetir nomes e seriam votadas de forma majoritária e não proporcional.

PT-frente ou PT-partido

O pequeno espaço para o debate político e o caráter ainda embrionário do PT, somados a um processo de filiação mais determinado pelos prazos impostos pelo regime militar do que conhecimento do programa partidário, contribuíram para o pouco aprofundamento do debate. Mesmo assim, evidenciou-se uma quase unanimidade das pessoas inscritas: prioridade da nucleação por moradia ou categoria profissional para habilitar os milhares que entraram no PT a uma ação organizada e cotidiana nas lutas e reivindicações.

As divergências mais sensíveis no debate, em relação ao documento-proposta apresentado pela Comissão Regional Provisória (ver EM TEMPO n.º 132) surgiram em torno do caráter do PT e nas definições sobre o comportamento eleitoral de 1982.

O texto e sua defesa em plenário, ressaltavam a necessidade de reafirmar o caráter do PT como um partido democrático, com garantia de correntes e tendência em seu interior, **mas com ação pública unitária.**

Aqueles que até bem pouco defendiam o PT como uma "frente política", agora o formulavam como "um partido de massas, onde as diversas correntes políticas do movimento de massas tenham a oportunidade de atuarem em conjunto". Ou seja, a questão principal, a ação externa unificada do partido, continua escamoteada.

No que concerne à tática eleitoral, o texto da Comissão Regional defendia a necessidade de



No plenário da Assembleia Legislativa petistas de todo o estado realizaram sua pré-convenção.

candidatos próprios e a defesa do programa, sem fechar a questão de alianças e coligações, considerando prematuro esse posicionamento, pois depende dos novos casuismos que o regime prepara para impor, novamente, ao país.

Alguns oradores defenderam que o PT deveria, desde agora, definir-se contra qualquer coligação ou frente com qualquer dos demais partidos.

Outro ponto de consenso foi a defesa de um programa de lutas baseado na plataforma lançada pelo movimento sindical do ABC no 1.º de Maio e a preparação da greve-geral como forma de enfrentar a ditadura.

O tema "O PT e a Conjuntura", como também o regimento interno, no entanto, não chegaram a ser votados.

Acordo político ou conchavo oportunista

O ponto mais polêmico da pré-convenção estadual seria a eleição do Diretório Regional. A Comissão Regional Provisória decidira, por unanimidade, que lhe cabia o direito e a tarefa de apresentar uma chapa sugestão à pré-convenção.

Os pressupostos desta chapa davam-se em cima de critérios de representatividade nos movimentos sociais, trabalho na construção do PT e representação regional no órgão de direção do partido. Outras premissas da proposta residiam no caráter embrionário do debate interno no partido e, portanto, da irrealidade de uma polarização entre correntes em cima de divergências pouco claras para o conjunto dos filiados.

A proposta garantia a metade do Diretório para indicações pelas cidades mais importantes na difusão do PT ou por sua importância sócio-econômica no interior. Os demais nomes foram aprovados por consenso a partir de longas reuniões prévias da Comissão Regional.

Evidentemente, o consenso alcançado na Comissão Regional não poderia ser o ideal para cada militante, cidade ou grupo dentro do partido. Mas, a Comissão Regional Provisória entendia que era a instância mais capaz para isso e com a maior visão de conjunto do partido. O fundamental, entretanto, era o compromisso assumido pelo conjunto da direção provisória na defesa da proposta.

Infelizmente, não foi isso que aconteceu. Alguns membros da Comissão Regional, Clovis Ilgenfritz da Silva, presidente do Sind. dos Arquitetos e Paulo de Tarso Carneiro, bancário, tendo como base os apoiadores dos jornais **Companheiro, O Trabalho e Convergência Socialista**, não assumiram o compromisso como também apresentaram a proposta da Comissão Regional como uma imposição da "maioria", justificando-se como "minorias" que fora "esmgada" anteriormente. Esses membros da CR, no entanto, haviam participado das discussões, concordado com a chapa-proposta, se comprometido com ela e tudo isso por consenso, pois não houve nenhuma votação dentro da Comissão Regional que pudesse estabelecer maiorias e minorias.

Sua jogada, porém, lhes rendeu frutos. Conseguiram — graças à base de apoio citada — unir

algumas delegações de cidades que se consideravam desprestigiadas ou que não mandaram suas indicações a tempo, vender a imagem da chapa como uma imposição da Comissão Regional, ou capitalizar a ingenuidade de alguns que viam na crítica à chapa-proposta a reação dos "independentes" contra as "tendências"...

Aos demais membros da Comissão Regional restava a opção: ou manter o compromisso assumido, resguardando a realização da pré-convenção, mesmo sofrendo toda a crítica oportunista levantada, ou também partir para novas articulações no plenário e com isso inviabilizando qualquer possibilidade de novos acordos no horário exíguo da pré-convenção.

Apesar disso, a proposta de chapa desses setores foi derrotada, prevalecendo a chapa sugestão da Comissão Regional. Na eleição da Executiva do Diretório, entretanto, feita sem discussão, sem esclarecimento aos convencionais do que estava sendo mudado, quais as pessoas que estavam sendo substituídas nos cargos, a chapa da Comissão Regional Provisória foi derrotada por 91 a 82 votos, numa votação já às 22,30 horas. (ver box).

Uma jogada de curto fôlego

Na votação dos delegados à pré-convenção nacional evidenciou-se o oportunismo da jogada anterior, realizada sem princípios políticos. A Comissão Regional propôs, visando garantir a representação dos setores classistas, que a votação se desse com peso ponderado, para privilegiar a representação de lideranças e dirigentes sindicais, fixando peso menor para movimento estudantil, trabalho comunitário, trabalho no interior do PT e parlamentares.

Feita a votação por chapas, respeitando o peso ponderado, a chapa 1, formada pelos setores que haviam respeitado o compromisso assumido na Comissão Regional fez, em média, 70 votos elegendo 10 delegados. A chapa 2, lançada pelos apoiadores do **Companheiro, O Trabalho e Convergência Socialista** elegeu cinco delegados. E a chapa 3, encabeçada por Clóvis Ilgenfritz, que sobrou na chapa 2 não passou da média de seis votos.

A Comissão Executiva aprovada

Presidente.....	Olívio de Oliveira Dutra (bancário)
1.º vice	Raul Anglada Pont (professor)
2.º vice	Miguel Rosseto (metalúrgico)
Sec. Geral.....	Clovis Ilgenfritz (arquiteto)
1.º Sec.....	Paulo de Tarso (bancário)
Tesoureiro	José Luiz Carneiro (bancário)
Vogal.....	Antônio C. Ferreira, Bagé (vereador)
Vogal.....	Clovis Carneiro (professor)
1.º Suplente.....	Adeli Sell (professor)
2.º ".....	Selvino Heck (Trabalho comunitário)
3.º ".....	José Clovis de Azevedo (professor)
4.º ".....	Flávio Betanin (vereador)
5.º ".....	Firmo Trindade (economiário)
6.º ".....	Ansélio Brustolin (vereador)
7.º ".....	Alcides Ludke (trab. da alimentação)
8.º ".....	Enid Backes (socióloga)

Pré-convenções estaduais

São Paulo

Um bom começo na arrumação da casa

“A grande preocupação do PT é a organização política da classe trabalhadora. Hoje o partido também está preocupado com os casuísticos, mas achamos que a única forma de combatê-los é organizar a classe trabalhadora para discutir, botar o povo para fazer política. E é isso que estamos fazendo hoje aqui nesta pré-convenção”. Nestes termos Luis Inácio da Silva, o Lula, abriu no último dia 11, a pré-convenção do PT paulista perante um auditório de 814 delegados vindos de todos os pontos do estado.

O encontro paulista, apesar de uma série de problemas de encaminhamento, foi globalmente positivo nos seus resultados — segundo avaliação consensual de todos os participantes — e, em boa medida, é um prenúncio do que será o nacional.

No que diz respeito ao regimento interno, depois de longa discussão nos grupos aprovou-se uma série de pontos — reformulando a proposta da Comissão Nacional de Advogados — centrados na nucleação: registro

formal dos núcleos, aprovação de núcleos por categoria, mínimo de 21 e máximo de 63 membros, obrigatoriedade de reunião mensal e contribuição financeira etc. Aprovou-se também o Conselho de Representantes de Núcleos, a nível dos diretórios de base, para funcionar em caráter consultivo (a votação sobre se seria consultivo ou deliberativo dividiu o plenário com uma margem de 19 votos). Igualmente, aprovou-se a prática definitiva das pré-convenções, como estão se dando agora: as municipais, todas elas, são plenárias; as estaduais com base em delegados, segundo o número de filiados, sujeitos a um quorum mínimo na reunião municipal que os escolhe e a nacional com delegados retirados nas estaduais.

No tema eleições 82 aprovou-se, por consenso, que “o PT se empenhará em lançar candidatos às eleições de 82, para concorrer em todos os níveis e em todos os estados. Para o PT a questão da coligação não entra em discussão no momento. Sua tática eleitoral nos municípios e estados deverá



Ricardo Malta

ser discutida nas convenções e encontros democráticos do partido”.

Finalmente, na questão da eleição do diretório houve alguns problemas. A chapa proposta pela Executiva provisória havia

sido já questionada pela imensa maioria dos delegados. Assim, abriu-se tempo para discussão de alterações nos grupos, as quais vieram depois, a plenário para, acomodadas pela direção num conjunto de 60 nomes, serem aprovadas definitivamente. A reação à apresentação da nova chapa foi grande, pois poucas solicitações dos grupos foram atendidas.

E a direção, ao invés de defender a chapa tal qual estava e abrir espaço para eventual apresentação de outras chapas, burocraticamente, procedeu imediatamente à votação, sequer contando os votos contra. Foi uma balbúrdia no plenário, com vários petistas se insurgindo contra o procedimento da mesa. A calma somente voltou a se reestabelecer quando Lula interveio pedindo compreensão de ambas

as partes. O tempo já corria longe e Lula, sem tomar partido explicitamente dos setores descontentes do plenário ou da direção, pediu a todos que aceitassem aquele resultado como definitivo.

A grosso modo, a chapa unitária apresentada pela direção, passados os calores do encaminhamento em plenário, foi tida como razoável por todos os setores do partido. Composta com uma larga faixa de sindicalistas e integrando praticamente todas as correntes de opinião do PT no estado, no fundamental, corrigiu-se assim o erro do ano passado, marcado pelo sectarismo dos setores de centro e direita dentro do partido quando, capitaneados por Osmar Mendonça, partiram para uma política de exclusão da esquerda. Esta, é bem verdade, não chegou agora a integrar o diretório com uma força semelhante à que demonstrou em plenário. Mas conquistou uma participação expressiva dentro da chapa unitária e conseguiu imprimir razoavelmente sua marca nas posições políticas aprovadas.

No entanto, na medida em que não se escolheu a nova Executiva regional na pré-convenção, o resultado final do PT paulista ainda não está dado. Somente no próximo dia 2 é que o diretório recém eleito se reunirá para então definir os nomes que comandarão o partido no próximo ano. O que, uma vez que as discussões políticas foram bastante precárias, não saindo da pré-convenção nenhum plano de trabalho regional, reveste-se de grande importância para o futuro do PT paulista. (F.A.)

Rio de Janeiro

O eleitoralismo não passou

O PT/RJ chegou a esta pré-convenção com 34 mil filiados. A representação destes na plenária regional passou por um longo processo de convenções nas zonas eleitorais, municípios e comissões de categoria.

Assim, 200 delegados reuniram-se nos dias 11 e 12 de julho no Centro de Formação de Lideranças em Nova Iguaçu para deliberarem sobre: a) Plano de Mobilização de Massas; b) Tática eleitoral; c) Regimento e Estrutura do PT e d) Formação do Diretório Regional e delegados para a pré-convenção nacional.

No sábado e no domingo pela manhã, 10 grupos discutiram e fizeram relatório para ser apresentado na plenária final. A discussão política realizada nos grupos foi um dos pontos positivos de toda a convenção.

Como plano de mobilização de massas ficou a plataforma de reivindicações apresentada pelo Lula no 1º de Maio, acrescida da Luta contra o Terror e Pela Defesa das Eleições de 82.

Sobre tática eleitoral o PT/RJ aprovou por ampla maioria lançar candidatos em todos os níveis, sendo que o candidato a governador apresentará um programa que garanta fundamentalmente a democratização da

gestão do governo do estado e a não repressão ao povo. A partir daí chamará os outros partidos à unidade, garantindo-se uma candidatura profundamente anti-ditadura e profundamente anti-chaguismo. É importante ressaltar que a proposta que defendia que o PT devia buscar coligação com outros partidos, desde já, sofreu uma derrota fragorosa, obtendo somente sete votos.

No que se refere à estrutura do PT, destaca-se a reafirmação dos núcleos de base como determinantes para se ter um PT intervindo nas lutas. Como resultado de uma briga de mais de ano o PT/RJ agora passará a incentivar a formação de núcleos de categoria e por local de trabalho, podendo estes se vincularem a uma zona eleitoral ou não, neste segundo caso formando comissões de categoria e uma secretaria sindical construída de baixo para cima.

Eram 21 horas e apesar do atraso a plenária ia bem. Na hora de escolher o Diretório Regional a coisa complicou... A mesa deu cinco minutos para a apresentação de chapas e só aparecer uma, porém uma hora e meia depois. Foi o tempo que as várias correntes que se expressaram e que marcaram suas semelhanças e diferenças políticas levaram para compor uma chapa só. O proble-

ma é que esta composição se deu por fora, sem a participação dos delegados.

Finalmente, apareceu a chapa com 52 nomes. Depois mais 13 nomes que seriam para a executiva, definindo ainda os efetivos e os suplentes. Com os enormes “intervalos” para o conchavo, foram inúmeras as manifestações de sinceros petistas demonstrando a indignação por tamanho desrespeito à plenária.

Por fim, aparecem duas chapas para disputar os cargos da executiva, principalmente a secretaria-geral e a 1º vice-presidência. E, com 90 votos contra 58 e 33 abstenções, ficou aprovado: Pres.: Eudes, 1º vice: Geraldo; 2º vice: Joaquim Arnaldo; Secr. Geral: Souza; 1º Secr.: Sidão; Tes. Roberto Martins; e Vogais: Cid e Cesar Benjamin. Suplentes: Nivaldo, Romildo, Ferreira, Neiva e Wilson.

Para delegados para a pré-convenção nacional, apareceram cinco chapas. Destacamos a chapa 5 que obteve 11,11% dos votos e manda 4 delegados. É uma chapa cujos componentes não participaram dos conchavos das correntes ou tendências. Uma chapa de petistas, militantes de base, com forte composição de trabalhadores na produção, inclusive do campo.

(Da Sucursal)

Espírito Santo

Recolocar o PT nos trilhos

Com a expectativa de cerca de 200 delegados, será realizada no próximo fim de semana a pré-convenção do PT capixaba. A situação no estado é boa, já tendo sido ultrapassado o mínimo de municípios legalmente necessários. Agora, nas extraordinárias, foram realizadas mais quatro convenções municipais entre elas Cachoeiro do Itapemirim e Guarapari.

O processo de preparação da pré-convenção vem deixando muito a desejar, sobretudo em função da desarticulação da direção estadual que não conseguiu dirigir politicamente as discussões na base. Somente em Vitória é que se deu, agora no dia

19, uma retirada de delegados mais politizada com base em discussão de todos os pontos que estarão na pauta da pré-convenção do dia 26. Nos demais municípios, a retirada de delegados se processará por cima, a partir do próprio diretório, sem uma preparação política mais efetiva.

No entanto, o cumprimento da legalização e a realização da pré-convenção estadual já abrem espaço para a correção de uma série de problemas que o PT vem vivendo no estado, aguçados sobretudo desde a saída do deputado Nelson Aguiar das fileiras do partido.

(Da Sucursal)

BNH

- O governo alterou o cálculo dos reajustes das prestações do BNH. Agora, os mutuários pagarão mais e a cada seis meses haverá um novo aumento.

- A decisão só afasta o povo dos benefícios do sistema, cada vez mais, entregue aos especuladores, financeiras e construtoras.

- Revoltados com o novo cálculo — uma quebra dos acordos firmados no contrato original — os mutuários estão propondo um boicote legal ao novo aumento e um encontro nacional em novembro.

- Hoje existem mais de dois milhões de mutuários, 10 milhões de pessoas se consideramos as suas famílias.

- É esta enorme massa que hoje exige também participação nos conselhos e agências do BNH, além de poder fiscalizador sobre as financeiras.

- A seguir, entrevistamos José Gonzaga de Souza, presidente da Associação Nacional dos Mutuários da Habitação, ASMUTH.

O novo aumento é ilegal

Ernio Brauns Filho



Quais são as reivindicações dos mutuários?

JGS — Em primeiro lugar, nós somos contra o aumento de 72,84% decretado recentemente pelo BNH. Este aumento é resultado de uma modificação no cálculo das prestações que antes era feito com base no reajuste da ORTN. O Delfim Neto pôs como base para o cálculo uma conta que junta a ORTN, a UPC, o INPC, e deu 72,84% de aumento. Nós achamos que isto é quebra de contrato com o mutuário. Da mesma forma, também é quebra de contrato querer estipular dois aumentos anuais, um em cada semestre. Queremos ainda representantes no Conselho e Agências do BNH e poder de fiscalizar as financeiras.

Diante a estas reivindicações, qual foi a resposta do governo?

JGS — O presidente do BNH nos chamou de espúrios nos jornais, disse que estaríamos propondo uma desordem jurídica, o desrespeito às disposições contratuais entre o Sistema Financeiro de Habitação e o mutuário. O pior é que o BNH tem dentro de sua constituição o decreto lei 70, que quando o mutuário deixa de pagar as prestações por 3 meses (mesmo que tenha problemas financeiros sérios) ele é despejado pela financeira. É o AI-5 para o mutuário.

Especificamente com relação ao aumento de 72,84%, o governo propõe que ele permaneça, mas que o prazo de pagamento seja prolongado, fazendo com que caia o valor da prestação.

Qual a consequência disto?

JGS — Não adianta nada. Nós temos é que continuar mobilizados. O aumento do prazo de pagamento aumenta o saldo devedor do mutuário e amarra-o por um tempo maior ainda ao BNH. Ele vai pagar ao BNH o resto da vida. O único resultado é que o BNH vai se transformar na maior locadora de habitações do mundo.

Como a ASMUTH está pensando em dobrar a intransigência governamental?

JGS — Em primeiro lugar, estamos orientando todos os mutuários para que assinem uma procuração aos nossos advogados para que entrem na justiça e depositem em juízo apenas o valor do aluguel que se encontra previsto no contrato.

Estamos ainda recolhendo cartas de todos os mutuários protestando contra os aumentos abusivos. Estas cartas serão levadas a Brasília, onde pretendemos formar uma comissão com parlamentares e encaminhá-las ao presidente da república.

Estamos também preparando em todo o país o Iº Congresso Nacional dos Mutuários da Habitação, que deverá se realizar em Belo Horizonte no dia 15 de novembro deste ano.

Qual será o papel deste Congresso?

JGS — Estamos tentando preparar este Congresso em conjunto com sindicatos, associações, partidos políticos, para tentar discutir o Sistema Nacional de Habitação, que nós achamos que é um ponto básico. Nós lançamos um debate nacional e isto é fundamental. Aqui em Minas criamos uma frente que envolve sindicatos, associações, partidos políticos e pastoral que está sendo levada a outros estados.

As sub-sedes regionais da ASMUTH deverão realizar reuniões e indicarem representantes para o Congresso. Será no dia 15 de novembro porque pretendemos cobrar dos parlamentares um apoio ao nosso movimento.

A ASMUTH é uma entidade nova, que tem a particularidade de não representar uma categoria específica de trabalhadores, mas pessoas de várias profissões que têm em comum o fato de serem mutuários da habitação. Como ela surgiu e como se relaciona com seus associados?

JGS — Nós começamos nossa mobilização em setembro de 1980 com um grupo de pessoas que eram vítimas, sentiam diretamente o problema habitacional. Um companheiro nosso ficou encarregado de dar notas nos jornais para sentir a receptividade do mutuário e descobrimos mais rápido que imaginávamos que o povo está vivo, conhece elementarmente seus direitos e quer ter o poder de reivindicar.

Marcamos uma reunião para janeiro de 1981, onde tivemos representantes de vários estados, que foi quando começou a funcionar a ASMUTH-BRÁS. A partir daí expandimos bastante, e já estão organizadas sub-sedes em 12 estados do país.

Temos recebido apoio de muitas Associações de Moradores e, a todo momento, conclamamos mais Associações de Moradores e Associações de Conjuntos Habitacionais a participar, porque isto é fundamental. No entanto, muitas vezes temos uma pessoa num conjunto habitacional que participa, mas a Associação ainda não. Nós acreditamos que todas as lideranças que não estejam ligadas a interesses outros que não os dos mutuários vão participar ao nosso lado.

Além de estar encaminhando as reivindicações atuais, que outras atividades a ASMUTH tem realizado?

JGS — Orientamos sobre muitas coisas que o mutuário às vezes desconhece. Por exemplo, às vezes ele perde o emprego e não sabe que existe um fundo - o FIEL - ao qual ele pode recorrer. Ou, como acontece, o mutuário morre e sua família continua a pagar as prestações. Nós temos agora uma comissão especial que está estudando a legislação a fim de melhor orientar o mutuário. Pretendemos ainda trabalhar junto aos conjuntos habitacionais encaminhando formas de lazer, enfim, coisas que a própria comunidade pode fazer.

O fim das ilusões

O BNH, além de se afastar da construção de moradias populares, encerrala milhões de mutuários no beco das eternas prestações, agora com seguidos e maiores reajustes.

Por Márcio Antônio Marques

A fundação do Banco Nacional de Habitação foi saudada pelo regime recém implantado como uma medida social de grande alcance, destinada a resolver o grave problema habitacional brasileiro.

Com esta medida, amparada por farta publicidade e dirigida principalmente para os assalariados médios, o governo buscava consolidar uma base de sustentação que lhe fora tão preciosa na preparação e desfecho do golpe de 31 de março e, de resto, iludir parcelas consideráveis do operariado com a possibilidade de um teto onde morar com sua família.

Os recursos para o financiamento destes planos mirabolantes saíam, por um lado, do bolso das camadas médias através dos depósitos nas Cadernetas de Poupança, e de outro, do bolso dos trabalhadores, via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Com o objetivo de estimular as empresas da construção civil, o governo aprovou, em novembro de 1964, a lei 4.494, que liberava os preços dos aluguéis, quebrando o congelamento que vigorava no período Goulart. Assim, os preços dos aluguéis dispararam. Na antiga Guanabara, por exemplo, os aumentos são de 116% no ano de 1965. Criou-se então uma grande demanda por moradias. O BNH aproveitava-se desta situação oferecendo a possibilidade de aquisição de casas a prestações inferiores aos preços dos aluguéis. Aparecia cada vez mais próxima a perspectiva de livrar-se das garras dos locadores de imóveis.

O poder das financeiras e das construtoras

No entanto, à medida que o tempo passava, vão aparecendo as contradi-

ções da política habitacional. O arrocho salarial, garantido pela intensa repressão à livre organização dos trabalhadores, faz com que até mesmo as relativamente baixas prestações do BNH sejam pagas com extrema dificuldade pelos mutuários mais desprivilegiados. Em 1972, apesar de operar com um fundo de grande volume, o BNH passa por sérios problemas financeiros, em virtude do não pagamento das prestações por milhares de mutuários.

Assim, o BNH opta por priorizar o financiamento da construção de moradias de alto luxo, em lugares extremamente valorizados pela especulação imobiliária, com preços acessíveis apenas a uma minoria de ricos que pagariam as prestações sem maiores problemas.

Nesta reviravolta da política habitacional tem um papel importante o crescimento do poder das empresas construtoras e financeiras dentro da estrutura do BNH. É bom que se ressalte que as entidades representativas dos trabalhadores (apesar de serem eles que contribuíam com parte considerável do fundo) e os mutuários nunca tiveram peso na formulação e execução da política habitacional. Ao contrário, o regime sempre abriu as portas aos proprietários de construtoras e financeiras, inclusive noemando-os para cargos de poder e influência como, por exemplo, as Delegacias Regionais do BNH.

Aliás, são as empresas construtoras e as financeiras as verdadeiras beneficiadas pela política habitacional. As construtoras tiveram, como vimos, um grande estímulo decorrente do aumento da demanda por moradias. Beneficiaram-se ainda de uma alta taxa de lucro no setor, em função dos baixíssimos salários pagos a seus operários e aproveitando-se da precária fiscalização exercida pelo BNH, da utilização de material de baixa qualidade

na construção de moradias populares, o que tem como consequência moradias precárias, muitas vezes sem condições de receberem o "habite-se".

As financeiras, por sua vez, ocupando-se do papel de intermediário financeiro entre os mutuários e o BNH, recebem para isto quase 0,1% dos depósitos, o que, se considerarmos os volumes destes, representa uma quantia fabulosa.

Especuladores, favelados e iludidos

Um outro setor que surgiu aproveitando-se das contradições do sistema e que vem operando com uma lucratividade elevada foram as Corretoras Imobiliárias. Em 1962, existiam no Rio de Janeiro apenas 2 destas empresas. Já em 1976, este número subiu para 700. Tornou-se rotina destas empresas comprarem casas financiadas pelo BNH a prestações baixas e especular com elas, alugando-as a preços bastante superiores.

Ganhou ainda uma minoria que pode adquirir verdadeiros palacetes pagando prestações relativamente baixas.

Do outro lado estão os perdedores. A grande maioria dos trabalhadores do país, que contribuíram para este programa habitacional, através da dedução do FGTS em seu já minguado salário, nem sequer podem se dar ao luxo de sonhar com uma moradia decente.

Aqueles que depositaram no BNH suas esperanças de adquirir um teto onde morar (hoje mais de 2 milhões de mutuários, que com suas famílias somam em torno de 10 milhões de pessoas), em sua maioria operários especializados, funcionários públicos e assalariados médios profissionalizados receberam em troca prestações até o fim da vida e moradias de qualidade duvidosa.

Reforma no PIS Presente de grego

O saque do PIS só pode ser feito agora na data do aniversário do contribuinte. Com isto o governo desembolsará apenas 40 dos 118 bilhões que deveria distribuir.

Na calada da noite o governo deu um golpe de quase 80 bilhões de cruzeiros nos trabalhadores brasileiros. Desta vez, o golpe não consistiu nas tradicionais manipulações do índice de custo de vida, na lei do reajuste salarial ou outros expedientes para diminuir a renda do trabalhador. A novidade foi atacar os fundos do PIS (Programa de Integração Social), criado há dez anos e que, apesar do seu nome pomposo, distribui algumas migalhas para a camada assalariada da população. Tecnicamente, o golpe tomou o nome de "mudança da sistemática de distribuição aos contribuintes do PIS".

Pelo antigo sistema, o governo teria de desembolsar no último trimestre do ano (período outubro/dezembro) cerca de 118 bilhões de cruzeiros para atender ao saque dos contribuintes. Pelo novo sistema, o saque passou a ser dado pela data de nascimento do contribuinte. Assim, quem faz aniversário por exemplo, em maio, ao invés de sacar no período outubro/dezembro, só poderá fazê-lo em maio do ano que vem. Com isso, ao invés de desembolsar os 118 bilhões até o final do ano, haverá um "gasto" de apenas 40 bilhões de cruzeiros. A diferença, isto é, 78 bilhões de cruzeiros, será aplicada em ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), com o que o governo cobrirá necessidades da Caixa do Tesouro, e no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), famoso por suas tetas inesgotáveis que abastecem com dinheiro grátis, ou quase, a acumulação de capital.

O trabalhador, com o golpe, perdeu de três formas. Deixou de contar, para este ano, com um dinheiro líquido e certo, que, apesar de ser uma migalha, não deixa de ser uma complementação do orçamento já emagrecido do trabalhador. Por outro lado, a diferença de tempo entre o novo período e o anterior não será compensada com uma correção monetária integral, já que as correções de todos estes fundos compulsórios ficam sempre abaixo da inflação. Por fim, o adiamento do saque não será compensado por um acréscimo na remuneração, proporcional ao tempo que o trabalhador terá de esperar para retirar seu PIS.

Apelação

Na realidade, o expediente do PIS mostra bem a situação de sufoco em que o próprio governo se afundou, fruto das contradições de sua política de combate à inflação.

A opção pela recessão que é a tônica da política de Delfim desde dezembro de 1980, levou a que no primeiro semestre deste ano, junto com uma queda no produto industrial (segundo dados do IBGE, houve uma queda de 1,7% na produção industrial entre janeiro e maio deste ano comparada ao mesmo período do ano passado) ocorresse uma queda em termos reais do valor da arrecadação de impostos, especialmente do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), principal imposto do Tesouro Nacional.

Assim, da mesma forma que os governos estaduais, que pelas mesmas razões estão enfrentando uma queda do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), o governo Federal está arrecadando menos do que esperava na programação de seus gastos para 1981.

Em vista disso, nada como apelar mais uma vez em cima do trabalhador, mesmo que isso pouco represente em termos absolutos: os 78 bilhões de cruzeiros tirados do trabalhador significam pouco mais de 1% da receita total da administração direta e indireta. Antes de mais nada, o golpe do PIS é um caso típico de mesquinaria, talvez para mostrar mais uma vez quem é que manda e desmanda neste país.



33ª Reunião da

SBPC

A hora e a vez das
minorias e da
energia nuclear

Mais uma vez, com muita festa, muita política e, sempre que possível, alguma ciência, reuniu-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Salvador. Com a participação de 5.800 inscritos e outros tantos não-inscritos, esta 33ª reunião, foi marcada pela discussão do problema nuclear e pela presença das minorias - negros, índios, mulheres e homossexuais - mais do que pela tradicional discussão diretamente política centrada na Constituinte e na Lei dos Estrangeiros.

As "minorias" - falsas minorias, no caso das mulheres e dos negros, como destacou a socióloga Lélia González - constavam do programa oficial da reunião.

Os índios, negros e mulheres foram discutidos em mesas-redondas e simpósios, onde se denunciou a política da FUNAI, o racismo do Itamarati, a violência contra a mulher, a discriminação dupla da mulher negra. Já os homossexuais, ficaram de fora do programa, marcando sua presença com barraquinhas onde furaram as orelhas e colocaram brincos em muitos rapazes e num ato público, protestando contra as cartas de ameaça à sua participação, recebidas pela secretaria da SBPC. Também fora do programa, foi organizada uma passeata contra a ciência qualificada de "burguesa", com presença marcante de negros, que protestavam por essa ciência ser reforçadora dos preconceitos e discriminações.

Porém, o tema que estourou foi o debate sobre a energia nuclear, esquentado pelas recentes denúncias de remessas de urânio para o Iraque e pelas declarações oficiais sobre a instalação de uma usina de reprocessamento em Vitória, Espírito Santo.

No final de tudo, a moção aprovada fala em estudos sobre a utilização bélica da energia nuclear, uma maneira velada de estudar o chamado programa nuclear alternativo, com fins militares, que estaria se desenvolvendo no Brasil por trás da "cortina de fumaça do programa de energia nuclear", nas palavras do físico e jornalista, Bernardo Kucinski.

Homossexuais
O prazer amplo,
geral e irrestrito

Por Luiz Mott

De 8 a 15 de julho, oito dos 20 grupos ativistas homossexuais existentes no Brasil estiveram presentes em Salvador. Participaram o Grupo Gay da Bahia, irmanado com o Nós Também (João Pessoa), Dialogay (Aracajú), Grupo de Atuação Homossexual (Olin-da); do sul, apenas 3 ativistas presentes: um representante do Somos/RJ (delegado também do Auê), uma militante do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e um membro da Faccão Homossexual da Convergência Socialista, estes dois últimos de SP.

Duas foram as principais vitórias conseguidas em Salvador: primeiro, o sucesso de um abaixo-assinado que contou com mais e 5 mil adesões, "exigindo a exclusão imediata do Parágrafo 302 do código de Saúde do INAMPS, que rotula o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual". A segunda grande vitória foi conseguir o compromisso oficial da Presidência da SBPC em apoiar o encaminhamento deste abaixo-assinado junto ao Ministério da Saúde, ao INAMPS e à Associação Brasileira de Psiquiatria, "opondo-se energeticamente a todas as formas de discriminação sexual, lutando contra todas as leis, códigos e posturas que, contrariando a Ciência, rotulam o homossexualismo como "patologia".

Em defesa da moral e da família

Mal iniciada a SBPC, uma ameaça de ação terrorista colocava em cheque a presença dos homossexuais. Três cartas anônimas foram recebidas pela Secretaria da reunião, contendo a seguinte ameaça: "Não permita que homossexuais participem - sob qualquer pretexto - da 33ª Reunião Anual desta Sociedade. Isso se

acontecer, fique certa: o sangue vai correr, a morte vai estar presente". E completava: "estamos decididos a defender a moral da família baiana a qualquer preço. Fica o aviso: à presença de homossexuais nesta reunião, responderemos com a violência.

Logo que os representantes do movimento homossexual tomaram conhecimento destes fatos, denunciaram a ameaça de ação terrorista através de uma carta-aberta enviada ao Secretário de Segurança da Bahia, aos Presidentes da SBPC e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, distribuindo entre os participantes da SBPC mais de 1800 exemplares.

A resposta do público não podia ter sido mais solidária: cerca de 1500 pessoas participaram do Ato Público onde, durante quase quatro horas, os homossexuais denunciaram toda forma de opressão e violência de que são diariamente alvo. Participaram deste ato, além dos ativistas homossexuais, feministas filiadas ao Brasil Mulher (de Salvador e Recife); uma representante do SOS MULHER; Abdias Nascimento, representando o Memorial Zumbi e Passarinho falando em nome de Adé-Dudu, grupo de homossexuais negros de Salvador.

Os homossexuais também estiveram presentes com uma bem sucedida barraca gay, vendendo publicações homossexuais e furando orelhas de muitos homens. Esta boa repercussão da causa homossexual também entre os heterossexuais, foi muito alentadora, como dizia um homossexual que participou do encontro: "Nossa luta não interessa apenas aos homossexuais; os heterossexuais só tem a lutar com nosso movimento, pois trabalhamos para a liberação geral, ampla e irrestrita do prazer".

Vitória/E.S.
Uma usina que vale
milhares de bombas

Por Luci Ayala

A instalação de uma usina de reprocessamento de urânio nas proximidades de Vitória, Espírito Santo, foi a referência principal nos debates realizados sobre energia nuclear na SBPC. As pesquisas realizadas pela Tecnosolo, empresa de prospecção contratada pela Nuclebras, indicam que o município de Aracruz, próximo a Vitória, reúne as condições necessárias para a instalação de projeto.

Os cientistas reunidos na SBPC, pegos de surpresa pela notícia, foram unânimes nas manifestações contrárias à instalação da Usina. Para José Goldenberg ex-presidente da SBPC e Luiz Pinguete da Rosa da UFRJ, a usina, além de anti-econômica é perigosa e inadequada para reprocessar o material irradiado pelos reatores instalados em Angra.

O Brasil pode estar comprando mais uma sucata, afirma Goldenberg, pois, com excessão do Japão e da França, as usinas de reprocessamento do mundo inteiro estão sendo desativadas. Na Inglaterra e na Alemanha sequer chegaram a funcionar, devido a problemas técnicos e à pressão da opinião popular.

Duas bombas nucleares

A instalação das usinas de reprocessamento de urânio é a peça chave para a fabricação no Brasil de artefatos nucleares para fins militares. A bomba atômica brasileira sai da nebulosidade, ficando evidente que esse é um dos objetivos do Acordo Nuclear, já que as condições para sua realização estão sendo sistematicamente reunidas, sob o controle total do governo. O Ministro Cesar Cals é enfático em afirmar que a usina entrará em operação em 1984. Mas diante do provável

conflito com os Estados Unidos, com quem o Brasil comprometeu-se em não instalar as usinas de reprocessamento, o Ministro tenta tapar o sol com a peneira, afirmando que "temos o direito de fazer nosso programa nuclear, pois se destinará a fins pacíficos".

Mas, além de produzir bomba atômica, a própria usina é uma grande bomba, muitíssimo mais potente que as de Hiroxima e Nagasaki. José Goldenberg explica que como o material é altamente fissil pode facilmente formar uma massa crítica e explodir, pondo em risco todas as formas de vida num raio de centenas de quilômetros. Além disso Alfredo Aveline da UFRGS afirma que os acidentes de trabalho em usinas nucleares são muito mais comuns do que se pensa: só na Alemanha, em 1976, ocorreram 139 acidentes, um a cada três dias. Um desses pode ser fatal!

Protesto da população

Dez mil trabalhadores já foram às ruas de Vitória, em dezembro de 79, protestar contra a implantação das usinas no estado. Nessa época foi criado o Comitê Capixaba contra a Implantação das Usinas Nucleares, que organizou uma marcha, envolvendo duas mil pessoas, de Vitória até Aracruz, município onde planeja-se instalar a usina. Segundo o presidente do Comitê, Cleber Frizera, a força do movimento está na sua amplitude, representando um sentimento real do povo capixaba. Reunindo desde mosteiros zen-budistas até entidades estudantis, o Comitê prepara-se para retomar a luta, agora que as autoridades não escondem mais suas intenções.

Especial
EM TEMPO!

Começa a cair o maior pelego da América Latina



Relembrando seus velhos tempos de derrotas eleitorais de antes de 1964, quando não tinha a ajuda dos militares, Joaquinção foi derrotado pelas chapas de oposição.

A chapa do velho pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve 46% dos votos contra 48% da oposição. Os metalúrgicos terão que ir pela segunda vez às urnas e a grande certeza é que o pelego não é imbatível.



Joaquinção contava com todas as vantagens: todos os recursos da entidade para fazer propaganda diária em cima dos quase 3 mil operários que freqüentam as dependências de assistência do sindicato. Como presidente, pode conduzir o processo eleitoral, até mesmo escondendo a lista de votantes. Apesar disso sua chapa levou uma goleada praticamente em todas as grandes fábricas. Só não foi pior porque pode contar com os votos de mais de 3 mil aposentados, além das pequenas oficinas e escritórios não atingidos pela propaganda da oposição.

Editorial

A classe operária avança

O governo militar, os patrões, os pelegos e seus aliados tiveram que engolir uma derrota importante na última semana. Há muito tempo que o Ministro do Trabalho, seguido de perto pelos empresários e pelos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, vêm dizendo que os operários estavam contra os "aventureiros" como Lula e agora punham os pés no chão. O governo e os patrões deram todo o apoio de seu dinheiro, de seus jornais, da TV para apoiar velhos pelegos que eles mesmos tinham botado na direção dos sindicatos operários. Ao mesmo tempo, baixavam o pau nas greves e decretavam intervenções nos sindicatos. O Partido Comunista, dando uma de "realista" e se rendendo ao ataque do regime, aliou-se a essa tática, procurando queimar todos os sindicalistas que não rezassem pela sua bíblia. Por isso, o PCB preparava Joaquim dos Santos Andrade, o super-pelego, para presidente de uma Central Única dos Trabalhadores que seria criada na Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), marcada para agosto deste ano.

Mas acontece que a classe operária não aceitou os conselhos dos seus

inimigos. Não aceitou a "orientação" de ir para o matadouro de cabeça baixa. Os trabalhadores continuaram a lutar. Disseram não à Volks. Sustentaram uma greve de 41 dias na Fiat. Venceram na Ford. Prepararam-se para recolocar o sindicato de São Bernardo nas mãos de uma diretoria autêntica. Seguem derrubando pelegos como o dos motoristas do Rio Grande do Sul, dos marceneiros de São Paulo e em muitos outros lugares. São pequenas batalhas, ensaio para grandes lutas. Em São Paulo a votação disse claramente que os operários desejam um sindicato como o de São Bernardo. E que é preciso, isso sim, criar um, dois, mil São Bernardos no país inteiro.

Os operários não aceitam rendição e apostam numa estratégia de luta apontada pelo sindicalismo autêntico e pelas oposições sindicais. Uma estratégia que aponta para a unificação das lutas de todas as categorias, em marcha para a greve geral.

Foi no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que o regime e seus aliados mais apostaram. Pois foi aí mesmo que engoliram uma derrota histórica.

LULA: em S. Paulo como em São Bernardo

"Companheiros, existem muitas coisas em nossa vida pelas quais não temos culpa e às vezes nem sabemos porque elas acontecem. Por exemplo, quando morre algum ente querido a gente fica lastimando por não poder fazer nada. Mas existem outras coisas que dependem somente da gente. A eleição da nova diretoria do Sindicato depende dos trabalhadores, como também depende da gente o tipo de diretoria que queremos eleger. Dependem dos trabalhadores as soluções de seus problemas de salário, de emprego, de moradia, de saúde e outras coisas importantes, que sonhamos um dia conquistar.

Muitas vezes você chega em casa, liga a televisão ou o rádio e ouve falar das lutas de São Bernardo do Campo, das greves, da resistência dos trabalhadores. Talvez você tenha comentado em casa ou no serviço: "se tivéssemos aqui em São Paulo um sindicato como o de São Bernardo as coisas seriam diferentes". Por saber que você pensa assim é que eu digo:

O sindicato de São Bernardo não é melhor do que o de São Paulo. Os metalúrgicos de São Bernardo não são mais combativos que os de São Paulo. Entre os metalúrgicos de São Paulo e os de São Bernardo não há diferença, pois todos nós temos os

mesmos problemas de salário, de falta de garantia no emprego, de falta de melhores condições de trabalho e outras coisas mais.

Se a diferença não está no trabalhador, é fácil saber que a diferença está na diretoria do sindicato.

Por isso gostaríamos que você não deixasse passar esta oportunidade. Agora você tem o poder de decisão nas mãos e é fácil decidir pela renovação: basta votar na Chapa 2 e você terá um sindicato igual ou mais atuante que o nosso.

Lembre-se: se São Bernardo sozinho já cansou de dar dor de cabeça aos patrões e ao governo, imagine os sindicatos de São Paulo e o de São Bernardo juntos o que farão".



Lula e Rossi

Oposição vira o jogo e quebra o tabu

Os números da vitória

Os números provam que Joaquinão, como todo bom pelego, só ganha no "tapetão" da fraude e do assistencialismo.

Até o início das apurações, a turma do Joaquinão estava eufórica e confiante. Mas quando as urnas das grandes fábricas começaram a ser abertas, a alegria foi murchando. Deixaram de cantar o "um dois, quatro cinco mil, queremos que a divisão vá prá fora do Brasil" (qualquer semelhança com o "Brasil, ame-o ou deixe-o" do

general Médice não é coincidência). No final, a galera estava vazia e até o João Carlos, o Negão dos Petroleiros do Rio e do HP, que viera saudar a vitória do seu "pai Joaquim", escondeu-se cuidadosamente e botou o rabo entre as pernas.

A verdade é que a pelegada só conseguiu ganhar em suas panelinhas mais seguras: nas urnas fixas

do sindicato onde votam principalmente os aposentados, nas pequenas empresas da Zona Norte onde o assistencialismo tem mais raízes, nas urnas itinerantes que percorrem pequenas oficinas e escritórios de até um voto e nas regiões intermediárias (Pinheiros, por exemplo), onde a propaganda da oposição não chegou.

Quadro II Votação nas urnas itinerantes

Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3
948	373	144

As oposições, por seu lado, levaram a alma. Pela madrugada a fora, o ginásio do Ibirapuera ecoou com os gritos de: "É dois, é três, Joaquim no xadrês" e os papos mais ouvidos diziam: "dessa vez a gente arranca a pelegada do nosso sindicato". E não deu outra nas urnas.

Em todas as principais regiões de base do sindicato, as oposições ganharam. Nas zonas Sul, Sudeste, Oeste e Leste 1, onde se localizam a maioria das fábricas médias e as grandes empresas metalúrgicas, a chapa 2 sozinha ou a soma dos votos da 2 e 3 deram "baile" na situação.

Os Furos da Nova Tática

Neste primeiro teste, a nova fachada do velho pelego provou não ser muito eficiente. Em março de 81, no jornal *Voz da Unidade*, o Joaquim dizia que a oposição não o preocupava: "Nós estamos prestando atenção na categoria e não nos divisionistas (...) a categoria não tem memória curta como imaginam alguns — o metalúrgico sabe o que quer".

A memória curta foi do próprio Joaquim, de sua diretoria e de seus novos promotores, que não levaram em conta esses 17 anos de imobilismo, as dedurações de trabalhadores aos patrões e ao Deops e as traições nas campanhas salariais de 1978/79 e 80.

Com isso, a chapa 1 ganhou, onde era certo. Nenhum espaço novo foi conquistado. Em todas as grandes fábricas como Villares, Metal-Leve, Arno, Aliperti, por exemplo, o Joaquim perdeu para as oposições. E, em muitas delas, havia candidatos da chapa 1. Na Meal-Leve, por ex., trabalha o José Grigório de Jesus, além do Newton Cândido, ligado ao *Voz da Unidade* e Décio Malho dos mais decididos na última campanha salarial. Na urna que passa pela Fábrica Nacional de Compressores — FNC — as oposições desbancaram o Cândido Hilário, o "Bigode", apoiado

do *HP* e que adora chamar o Joaquim de "meu general".

Um outro bom exemplo, é o caso da Arno. Lá trabalha o Décio Malho Carlos Furlan também badalado pelo *Voz da Unidade*. Ele participou da chapa da oposição em 72 e 78, mas neste ano entrou na chapa do Joaquim e não conseguiu nada em sua fábrica. A chapa 1 teve 148 votos, para 238 votos dados à chapa 2.

No entanto, Newton Cândido, e Carlos Furlan diziam ao *Voz da Unidade* em abril de 1981 que a vitória da chapa 1 seria fácil: "É preciso uma vitória esmagadora logo no 1º escrutínio para que a eleição se converta num momento de unidade em torno da plataforma de lutas e da diretoria...".

Um fato curioso e muito significativo é que nas fábricas onde haviam as fajutas comissões dos Décio-Malho, a chapa 1 perdeu. Na Siemens, na Voith, na Delta, na Papaiz, na Aliperti etc.

Maquilagem Borrada

Também nas fábricas da Volkswagen e da Ford de São Paulo, o Joaquinão não deu nem por começo. Na primeira, a chapa 1 teve 114 votos enquanto a chapa 2 estourou com 250. E foi nessa mesma Volks, que o pelego alguns meses atrás se vangloriava dizendo ser mais consequente que o Lula, pois

Quadro I Votação nas urnas da sede

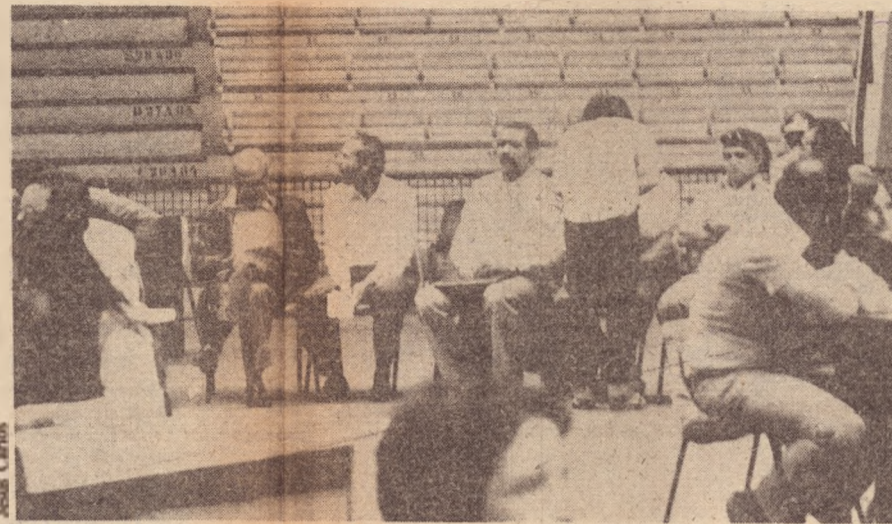
URNAS	Chapa 1	2	3
1 e 2 (aposentados)	3088	366	148
3 (pequenas empresas: sócios que pagam no sindicato)	547	236	199
4 (empregados em férias, no seguro ou desempregados)	999	616	285
138 (sócios no seguro ou aposentados)	1315	337	139
Total	5949	1555	771

Quadro III Votos nas Fábricas

Regiões (*)	Chapas 1	2	3	2+3
Sul	1761	1947	1338	3285
Sudeste	1420	2550	623	3173
Oeste	2700	1800	1400	3200
Leste 1	2830	2614	841	3455
Leste 2	1319	1521	278	1799
Norte	1216	1104	235	1339
Total	11.246	11.536	4.715	16.251

Diretoria que desmoraliza qualquer sindicato

Por Régis Moraes e Elvira Oliveira



gastos com funcionários, médicos e advogados. Além disso, têm reajustes superiores aos aumentos recebidos por qualquer metalúrgico: 146% a mais de 1979 a 1980. Isso sem levar em conta que há diretores, como é o caso do Joaquinão que recebe mais de um salário, já que é também vogal da Justiça do Trabalho onde recebe 100 mil por mês.

Comparemos esses dados com o Sindicato de São Bernardo do Campo: 40 mil sindicalizados, para uma base de 140 mil operários. Também nas mensalidades, o Sindicato de São Paulo está por baixo: 240,00 por mês, enquanto que a taxa do sindicato dos Bancários, por exemplo, é de 80,00 e a dos metalúrgicos de São Bernardo é de 110 cruzeiros.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo era em 1964 o pólo mais avançado do sindicalismo brasileiro. Tinha cerca de 70 mil sócios, numa categoria de 250 mil trabalhadores. Sua sede e sub-sedes eram palco de reuniões e assembleias frequentes. Hoje, numa categoria de 426 mil trabalhadores, a atual diretoria estabelecida no poder pelo golpe militar conseguiu reduzir os associados a 66 mil. Fechou as sub-sedes e busca evitar, a todo custo, a mobilização dos operários. Lança boletins recomendando não se mexer contra o problema do desemprego, aconselha os operários simplesmente a procurar o sindicato, "se ouvirem boatos de dispensa", recusa-se a reunir os operários da Volks e da Ford para discutir a redução de jornada e as dispensas.

Os balançotes para prestação de contas da diretoria, muito difíceis de serem interpretados pelos operários, indicam claramente que, pelo menos há um exagero nas despesas com "gratificações à diretoria", que são proporcionalmente maiores que os

gastos com funcionários, médicos e advogados. Além disso, têm reajustes superiores aos aumentos recebidos por qualquer metalúrgico: 146% a mais de 1979 a 1980. Isso sem levar em conta que há diretores, como é o caso do Joaquinão que recebe mais de um salário, já que é também vogal da Justiça do Trabalho onde recebe 100 mil por mês.

PRESTES: "Os fatos dizem mais que as palavras"

Já faz algum tempo que os pelegos vinham desconfiando da eficiência dos seus aliados. Alguns velhos joaquinistas diziam que "a campanha da Oboré é bonitinha mas não funciona". Após as apurações, diante do insucesso, um desses funcionários, conhecido como "Barra Limpá", gritava bêbado a um dos carrapatos do pelego: "Você são todos Décio Malho fajutos. Todos traidores". O PCB demonstrou mais uma vez ser um grande organizador de derrotas. O próprio pelego já duvida de seu braço esquerdo. E os operários que levaram a sério as "orientações" do Comitê Central talvez agora leiam com mais atenção a carta de Luis Carlos Prestes, que aqui reproduzimos em parte:

"Trata-se de dar um basta à interferência do governo no sindicato, de derrotar a diretoria pelega presidida por Joaquim dos Santos Andrade, que desde 1966 vem sendo reeleito, graças à repressão dirigida contra o movimento operário e suas lideranças."

Chegou a hora dos metalúrgicos paulistanos acabarem com a demagogia assistencialista com que pretende, mais uma vez, a atual diretoria encobrir sua verdadeira face de traição, de brutal violência sempre que se torna necessário para impor a vontade dos pelegos. Tudo isso com a assessoria dos oportunistas e traidores do Comitê Central do PCB e o apoio do MR-8, que ajudam os pelegos a aparecerem como pretensos aliados das forças de esquerda. É por isso que chamo a TODOS OS METALÚRGICOS A CERRAREM FLEIRAS EM TORNO DA CHAPA 2, que tem por bandeira o nome de SANTO DIAS DA SILVA, presidida por WALDEMAR ROSSI e que conta com o apoio dos militantes dos mais amplos movimentos populares, movimentos de igreja e dos diversos partidos políticos, além dos independentes".

Depois das apurações, ouvido pelo *Em Tempo*, Prestes declarou: "Não preciso dizer mais nada, porque os fatos falam mais que as palavras".

(*) — Sul: Santo Amaro, Chácara Santo Antônio, Jurubatuba, Interlagos, Socorro etc.
— Sudeste: Ipiranga, V. Mariana, V. Carioca, Via Anchieta, Bosque da Saúde etc.
— Oeste: Lapa, V. Leopoldina, Anastácio, Freguesia do Ó, Jaguaré etc.
— Leste 1: Moóca, Brás, Vila Prudente, V. Formosa etc.
— Leste 2: Penha, Belém, Pari, Tatupé etc.
— Norte: Via Dutra, Santana, V. Guilherme, V. Maria, Parque Novo Mundo.



Motoristas gaúchos destituem pelego

Em setembro do ano passado *EM TEMPO* publicou a correspondência entre o presidente do Sindicato, os órgãos de segurança e os patrões. Agora a categoria destituiu o pelego em assembleia e elegeu uma junta governativa.

Da Sucursal

Mais um pelego está para dançar nos próximos dias. Trata-se de Othelo Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Motoristas do Rio Grande do Sul. Os empregados em transportes rodoviários esperam apenas um parecer do departamento jurídico da DRT para comemorarem a destituição do pelego.

O movimento pela destituição de Othelo começou no ano passado com a publicação com exclusividade pelo *EM TEMPO* da extensa correspondência entre o pelego, os órgãos de segurança e as direções das empresas. Nessa correspondência, entre considerações sobre o seu dever patriótico, amabilidades e agradecimentos, Othelo requeria a presença de policiais nas assembleias da categoria, denunciava os membros da oposição como agitadores, apontava os nomes e sugeria aos empresários a demissão dos trabalhadores mais combativos.

Com as provas das traições da diretoria do Sindicato, a oposição, surgida do Comando da greve de 1979, convocou uma assembleia que destituiu o pelego e elegeu a Junta Governativa.

Caso o DRT não assuma a destituição da diretoria pelega, os motoristas entrarão na justiça comum, pedindo uma liminar que dê posse à Junta Governativa. Para o advogado da Oposição Sindical, Eduardo Rech, as possibilidades de vitória do pelego são muito remotas, pois todo o processo de destituição do pelego obedeceu aos estatutos do sindicato e demais regras estabelecidas pela CLT.

Traidor e Ladrão

Além da correspondência com os órgãos de segurança e empresários, a diretoria pelega é conveniente com a Central de Informações (CI), organismo criado há quatro anos por

um grupo de empresários e um ex-fiscal da Secretaria Municipal de Trânsito, com o objetivo de catalogar os empregados, apontando aqueles que são mais combativos. Apesar de ser do conhecimento de todos tanto a DRT, como o sindicato, nada fizeram contra as atividades irregulares desse órgão.

Mas as atividades dos pelegos contra a categoria vão além da deduração, chegando ao roubo, puro e simples: na Delegacia de Defraudações existem três processos contra o sindicato dos motoristas. De acordo com esses processos, o sindicato teria passado recibos frios e embolsado o dinheiro que deveria ser pago a três motoristas, conforme um acordo feito entre a empresa que trabalhavam e o sindicato.

Deduração continua

Com todos esses processos na cabeça a prática traçoira do Othelo continua a dificultar o caminho da oposição sindical, pois o pelego vem promovendo a demissão sistemática dos trabalhadores combativos, que os torna ineleáveis nas eleições que poderão sair 90 dias após a posse da Junta Governativa.

O primeiro a receber o aviso prévio foi o presidente da Junta, Osvaldo Gomes Rodrigues, empregado da Sociedade de Ônibus Vitória. Esse fato causou alguma surpresa aos motoristas, já que um dos donos da empresa, ex-deputado Matheus Schmidt, é candidato a deputado pelo PDT, partido cujos militantes dizem apoiar a oposição. Outro que já recebeu aviso prévio é o 2º tesoureiro da junta, Sergio Vicente dos Santos, empregado da auto-avição Robilo. Essas demissões, no entanto, além de injustas, são ilegais, pois estes motoristas têm estabilidade de dirigentes sindicais, por serem membros da Junta.



EM TEMPO!

Ajudando a derrubar os pelegos Leia e assinie



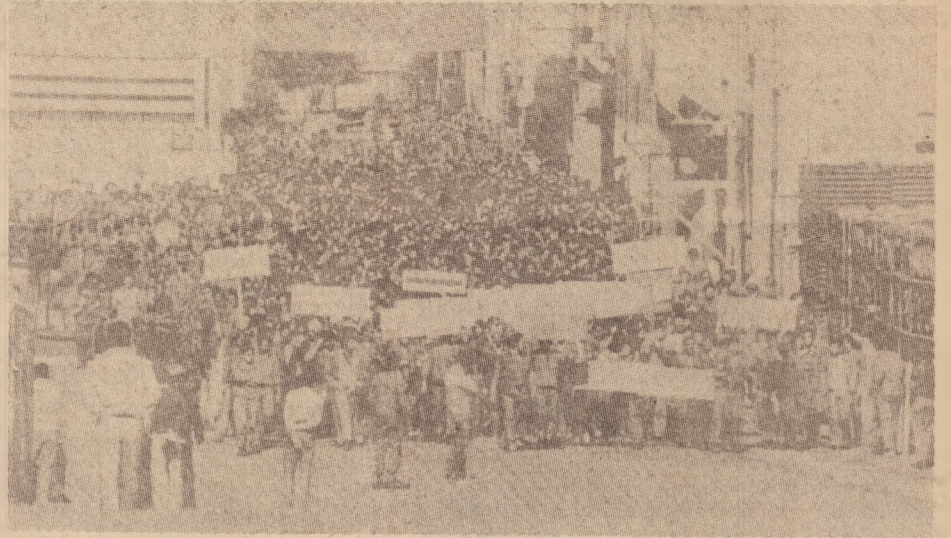
A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros — SP • CEP: 050414 • Fone: 852-8880
Estou enviando o chequepor uma assinatura anual

Comum: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:
Endereço:Bairro:
Cidade:Estado:CEP:

O ABC VOLTA A FERVER

Organizando assembleias nas portas das fábricas, paralisando a produção, os sindicalistas do ABC demonstram que a classe operária está disposta a resistir à ofensiva dos patrões.



Operários da Ford fizeram passeata no pátio da empresa.

Ford:

Por Vilma Amaro

Sopro de vida no movimento operário

Estabilidade por 120 dias e o reconhecimento de uma comissão de fábrica foram as conquistas dos operários da Ford.

Foram oito dias de greve, em meio a condições bastante difíceis. Mais de 60 mil desempregados na região do ANC, todos os ex-diretores do Sindicato comandado por Lula, condenados pela LSN, cassados e desempregados, e a ameaça de novas demissões que continuava pesando. Mesmo assim, nove mil metalúrgicos da Ford de São Bernardo do Campo mantiveram-se firmes na greve, reivindicando garantia no emprego e a volta dos demitidos.

O que se viu no final foi uma surpresa para muitos, mas não para os trabalhadores. Quem radicalizou foi a empresa que se recusou a aceitar na sexta-feira, dia 10, depois de quatro dias de greve, a proposta conciliatória feita pelo juiz Antonio Lamarca, presidente do TRT. O juiz propunha a volta ao trabalho, na segunda-feira, dia 13; nenhuma represália aos grevistas; 120 dias de estabilidade e a continuidade de negociações entre a empresa e o Sindicato sobre alguns pontos de conflito, como a readmissão dos demitidos e o pagamento dos dias parados. A Ford partiu então para a radicalização, típica do empresário da indústria automobilística e exigiu o julgamento do dissídio na segunda-feira. Pretendia, assim, que a greve fosse declarada ilegal o mais depressa possível e os trabalhadores, reprimidos, já que Afonso Monteiro dos Santos, presidente da diretoria provisória do Sindicato, tinha informado ao juiz que não poderia tomar nenhuma decisão, sem que a proposta conciliatória fosse votada e aprovada em assembleia dos trabalhadores.

Enganou-se porém a Ford em seu esqueminha maquiavélico. Na segunda-feira, dia 13, os trabalhadores, com grande sentido de tática duramente aprendido em lutas passadas, decidiram, nas duas assembleias realizadas, voltar ao trabalho, enquanto o TRT adia o julgamento da greve para o dia seguinte, na terça. Lula dizia numa das assembleias realizadas então que "os trabalhadores estavam voltando a trabalhar de forma organizada", mas que a Ford deveria saber que quando os metalúrgicos assim o entendessem, voltariam a parar também de forma organizada.

No dia seguinte, novo golpe contra os trabalhadores: a empresa anunciava que

descontaria os dias parados. E, novamente os metalúrgicos da Ford demonstraram sua combatividade: nova paralisação na terça-feira, enquanto o TRT julgava por 15 votos contra 2, a ilegalidade da greve. Por volta das 17 horas, quando já era conhecido o julgamento do Tribunal, nova assembleia foi realizada, ficando aprovada a volta ao trabalho. Quanto ao acordo ficaria assim: os descontos seriam realizados em quatro parcelas a partir de setembro. E mais: além da estabilidade de 120 dias, a empresa se comprometia a reconhecer a Comissão de Trabalhadores, integrada por 14 elementos (curiosamente, os trabalhadores não elegeram ninguém que sequer simpatizasse com a chapa 2, de oposição, liderada por Osmar Mendonça e Enilson Simões de Moura) e realizar negociações sobre os demitidos.

Mesmo assim, a empresa ainda tentou novo golpe e na hora de redigir o documento que seria assinado por ambas as partes, tentou impingir aos trabalhadores um texto dúbio que dava margem à possibilidade de novas demissões. A diretoria do Sindicato se recusou a assinar e a empresa teve que aceitar a redação correta do acordo proposto.

Lula comanda outra vitória

A realização da greve, em meio a circunstâncias tão difíceis para a classe trabalhadora, como o desemprego em massa, por si só já se constituiria numa vitória para os metalúrgicos da Ford. Uma vitória pela demonstração de unidade e pela correção da linha adotada por Lula e a ex-diretoria do Sindicato. No entanto, os operários da Ford conseguiram 120 dias de estabilidade (que a ex-diretoria vai tentar prorrogar, através da mobilização constante dos funcionários da empresa) e o reconhecimento de uma comissão de trabalhadores, eleita pelos próprios operários, à diferença da comissão de Representantes da Volks, cujos representantes foram praticamente indicados pela empresa.

Para a criação dessa Comissão, Jair Meneguelli, candidato a presidente do Sindicato pela Chapa Um (as eleições vão se realizar de 3 a 7 de agosto) teve atuação destacada. Ele e outros companheiros percorreram a indústria, realizando reuniões por áreas explicando objetivos e a impor-

tância dessa comissão.

Essa comissão está sendo considerada como de grande importância. Jair Meneguelli, um dos mais antigos funcionários da indústria em SBC, lembrou a luta dos trabalhadores durante os últimos movi-

mentos grevistas em torno de um delegado sindical. E, no momento em que a relação de forças parecia completamente desfavorável, eles obtêm, por força de sua paralisação, o reconhecimento de toda uma Comissão.

A hora e a vez da Mercedes Benz

Os trabalhadores da Mercedes se preparam para seguir o exemplo da Ford.

A Mercedes Benz, a segunda maior indústria automobilística da região, com 17.350 funcionários, tem se utilizado de uma estratégia diferente para manter seus lucros, reduzindo a folha de pagamento.

Discretamente, vinha dispensando trabalhadores, optando por um pinga-pinga semanal, em vez de uma demissão em massa que poderia alertar os trabalhadores. Um indício de que milhares de trabalhadores poderiam ter o mesmo destino de seus companheiros demitidos da Volks e da Ford foi dado logo no início do mês, quando um gerente da indústria afirmou que a Mercedes vinha declinando sua produção desde maio. Anunciou que se essa tendência continuasse, a Mercedes "pensaria em soluções mais drásticas".

Além de anunciar a possibilidade de férias coletivas a partir de agosto, tentando desencalhar um estoque de mais de cinco mil veículos, no dia 17, os dirigentes do Sindicato e a ex-diretoria ficaram sabendo que a empresa, em correspondência interna, propunha a redução de cinco por cento dos funcionários horistas e mensalistas antes das férias coletivas e mais cinco por cento depois das férias.

Os dirigentes começaram a desconfiar que havia alguma manobra nessa história, uma vez que, ao lado das

demissões, a indústria exigia horas extras dos seus funcionários. Assim, em vez de fabricar 246 caminhões por dia, conforme denunciou a ex-diretoria do Sindicato, passou a fabricar 269 e houve dia em que foram montados até 307 caminhões. O estoque de peças, por outro lado, daria até o mês de novembro.

Ao mesmo tempo, conforme denunciou Djalma de Souza Bom, membro da ex-diretoria do Sindicato nenhum trabalhador recentemente admitido, tem conseguido superar o período de três meses de experiência, pois é, logo em seguida, demitido. E como se isso não bastasse, a indústria está realizando uma gigantesca ampliação em sua fábrica de São Bernardo.

Todos esses dados eram incompatíveis com a suposta crise anunciada pela empresa e os líderes metalúrgicos resolveram advertir os trabalhadores.

Quatro assembleias foram realizadas no dia 21, com a participação de mais de cinco mil trabalhadores. Lula e a ex-diretoria estiveram o dia inteiro na porta da indústria alertando os funcionários. Caso algum companheiro fosse demitido, em vez de assinar os papéis, deveria anunciar para toda a sessão. E a sessão deveria parar imediatamente.



Dossiê secreto A esquerda vista pelo DOPS

Um documento chamado "OS PROBLEMAS DA SUBVERSÃO NO BRASIL", assinado pelo "Serviço secreto do DOPS de São Paulo", acompanhado do carimbo "Reservado" e da recomendação "para uso exclusivo de autoridades militares federais e estaduais" tem todos os condimentos para excitar a mente de jornalistas, historiadores ou simples amadores de romances de espionagem. Este documento existe e chegou a nossas mãos há poucos dias. A decisão de publicá-lo se prende fundamentalmente a nosso propósito de ir iluminando um período recente e, paradoxalmente, desconhecido de nossa história. O texto, no essencial reproduzido a seguir está composto de três partes: uma Introdução, a "Posição das Forças de Extrema Esquerda" e a "Posição das Forças Estudantis".

O documento não está datado, mas há possibilidade de determinar com relativa precisão o período de sua elaboração. Foi concluído depois de novembro de 68, pois menciona em sua parte final (aqui não publicada) a queda do Congresso da UNE, em Ibiúna e antes de fevereiro de 69, pois não se menciona a sensacional desaparecimento do capitão Carlos Lamarca e de outros militares, acontecimento que pôs na berlinda a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), tratada no documento de forma imprecisa apenas como Vanguarda Popular.

Testemunho

Se é certo que os arquivos policiais têm sido no curso dos tempos uma fonte importante para a melhor compreensão da atividade revolucionária, não é menos certo que eles servem

Pela primeira vez é publicado na imprensa um documento onde analistas da ditadura avaliam os problemas e perspectivas da esquerda. Elaborado provavelmente em finais de 68, no auge do confronto entre a esquerda e o regime, o documento traz já em seus argumentos a justificativa do terror e da violência que seriam usados pela ditadura.

Por Flávio Andrade

também para ilustrar a evolução do aparelho repressivo. O presente texto é exemplar a este respeito e pode ser enquadrado como digno representante do período pré-histórico da repressão policial-militar pós-64. Corresponde a uma etapa em que a truculência da ação policial em relação às atividades políticas ainda não se generalizou. As forças armadas, por sua parte, não se engajaram em forma plena no combate à "guerra revolucionária". Os "problemas da subversão" são ainda essencialmente uma questão de polícia.

Indicador deste período é também a introdução do texto, onde sem abandonar a visão conspirativa da história e sua correspondente semântica, o autor se permite algumas ingênuas digressões "filosóficas" e apreciações históricas não de todo desprovidas de interesse.

O documento é atravessado por um "desvio intelectualista" e é de se imaginar sua pequena eficácia para o "combate à subversão". A "grandeza e decadência do PCB" e o surgimento da esquerda revolucionária são, vistos essencialmente através da leitura de textos ou de precárias informações, como a do suposto esquema de funcionamento clandestino do Partido, que em realidade nada tinha que ver com sua estrutura organizativa posterior ao golpe. Mesmo na apreciação das influências ideológicas o

texto se revela débil. Um exemplo: a ausência total de referência às posições "foquistas" (Debray, Guevara etc) que estavam no centro das discussões desde fins de 1966, pelo menos.

É claro que tudo se pode explicar como devaneios de um "intelectual" "em comissão de serviço" no DOPS, refletindo um pouco as ingênuas convicções muito próprias ao governo Costa e Silva de que o máximo de exploração dos trabalhadores podia ser obtido em um clima de relativa democracia.

Uma melhor compreensão das greves operárias de Osasco e Contagem, da manifestação do 1º de maio na praça da Sé e dos grandes movimentos estudantis de 68, somada à análise da extensão da crise política que atravessava a chamada classe política (Frente Ampla e o episódio Márcio Moreira Alves), sepultaria definitivamente este tipo de tratamento dos "problemas da subversão". É certo que a repressão continuaria a produzir suas "análises", mas o fundamental é que o papel central na ação repressiva seria ocupado por uma nova raça de homens. O analista cederia seu lugar a homens de ação como o delegado Fleury, que transfeririam para o DOPS os métodos de truculência cuja "eficácia" já havia sido provada no combate ao crime comum. Afinal, se tratava de combater "marginais"...



Retrato do jornal Versus, p. 30

Sem prescindir da análise, policiais e militares, agora estreitamente unidos privilegiariam a "ação". Meia hora de choques elétricos em um pau-de-arara se revelavam mais eficazes do que semanas de estudo de documentos.

Memória

A devassa, ainda que extremamente limitada, que se pôde fazer da ação dos aparelhos repressivos nestes 17 anos, revelando centenas de assassinatos políticos ou "desaparecimentos", milhares de casos de tortura e outras arbitrariedades, faz com que o documento do DOPS apareça como um róseo episódio nesta história. Não é exagerado dizer, no entanto, que em seus canhestros argumentos está embutida a perspectiva do terror estatal que seria aplicado a partir de 69 contra os contestadores da

ordem ditatorial. Ao apreciar a história como o resultado apenas da ação de minorias organizadas munidas de ideologias solertes e malsãs, o analista sentava as bases para uma ação voltada essencialmente para o aniquilamento destes focos de contestação, seja pela via política, seja pela força das armas. O fracasso dos militares, na construção de um projeto político fundado no consenso, levou necessariamente a ditadura a optar pelo aplastamento daqueles que, não sem muitos erros, tentavam mudar o curso das coisas. A "análise" e o discurso ideológico ficaram reduzidos à pura justificção. Começava a guerra de aparelhos. Ironias da história, quando se pensa que os "aparelhos" revolucionários acabaram por aceitar implicitamente a visão conspirativa da história, expressada pelas classes dominantes. Mas isto é outra história.



DOPS: presente!

Para quem vive iludido com a "abertura" não há melhor remédio do que atentar para o atual reforço em verba e pessoal nas Forças Armadas em geral e, especialmente, na chamada "comunidade de segurança e informação".

No dia 17 de junho passado foram criados mais 414 novos empregos para pessoal de segurança e informações a serem colocados nos mais diversos órgãos da administração direta indireta do Estado como nas universidades, INPS etc. É bom lembrar que desde a edição do

decreto nº 84.817 de 1980 estão proibidas quaisquer contratações de funcionários públicos até 31 de dezembro de 1981, salvo quando "a critério do Presidente da República" for reconhecida a extrema necessidade dessa contratação.

No dia 25 de junho o governo concedeu um crédito suplementar de 6 bilhões e 60 milhões de cruzeiros para os ministérios militares. No mesmo dia, as atividades relacionadas com a segurança nacional (tipo estudos na Escola Superior de Guerra, na Escola Nacional de Informação

etc) receberam também uma verba extra de 116 milhões.

E tem mais: a 8 de julho, Delfim Neto concedeu uma suplementação de verba de 200 milhões de cruzeiros para aplicação no serviço militar obrigatório atendendo a pedido do Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Para culminar, a revista Veja em edição recente mostra como as policiais militares estão se modernizando, se armando com as armas mais poderosas, a pretexto de combater a violência urbana.

OS PROBLEMAS DA

O pecado original do comunismo



O comunismo continua sendo uma minoria, apesar de ser dirigido aos estudantes, aos camponeses e aos operários. Obrigado a impôr uma verdadeira violência psicológica sobre as massas para arrastá-las atrás de si (e isto é o que explica, para êle, a importância de uma técnica provada). Êste vício congênito é um grave defeito. Na teoria e até na prática do comunismo, existe uma fatalidade na escalada para a esquerda que o condena a uma espécie de "ortodoxia com escalões", em virtude da qual um puro encontra outro mais puro que o depura. Todo o tecnicismo do comunismo não impede que quando se chega a uma certa etapa de sua conquista, as leis naturais recobrem o terreno e o obriga a uma estabilização, pelo menos temporal, surgindo imediatamente uma oposição e uma dissidência. O dever, seu dogma, volta-se contra êle, submetendo-o a uma instabilidade permanente, levando-o a contradizer-se formalmente (como a experiência stalinista).

Esta contradição não encontrou até o momento, uma síntese que satisfaça a experiência histórica e ainda menos a inteligência. O regime comunista integral não existe em parte alguma, como não existe uma filosofia marxista invulnerável. Aqui, evidentemente, surge a famosa habilidade chamada de três fases, em virtude

da qual o comunismo, antes de poder se manifestar em sua verdade intrínseca, deveria passar pelas experiências sucessivas da ditadura do proletariado e do regime socialista. Há meio século que esta situação perdura na URSS, sem nenhuma mudança favorável. Depois da fase ditatorial do stalinismo; o socialismo kruscheviano deveria, normalmente, desembocar na etapa final. Pode-se verificar, ao contrário, um verdadeiro "embroglio" que pouco a pouco, leva o poder soviético ao dogmatismo, a intolerância e ao mais rígido regime policial, denunciados eloquentemente no XX Congresso do P.C.U.S.

Em cada anfiteatro da universidade nascia um amontoado de incendiários, terroristas e misticadores.

Dito isto sobre o comunismo em si mesmo, vale a pena considerar igualmente o arsenal de meios que encontra fora dêle, começando por regimes como o de Goulart, onde a corrupção dos governantes se unia a um total desconhecimento do perigo revolucionário. Em abono de Prestes, é preciso que se diga que na

época (1964) sua posição era justa. A evolução do sistema o conduzia suavemente para uma decomposição anárquica que o comunismo facilmente poderia captar em seu benefício, na medida em que se propagaria a decomposição, até atingir as forças armadas (como já havia começado) e constituir ali seu próprio campo de luta. Os excessos de linguagem e as prematuras violências de alguns "furiosos" comprometeram o movimento abrindo os olhos de chefes militares sobre a gravidade da infiltração já realizada. Surgiu a reação de 31 de março de 1964. Mas o plano de operação subversiva estava perfeitamente concebido e continua sendo aplicado universalmente.

Os grandes órgãos de opinião, que no Brasil como em outras partes, tão pouco fazem para informar o povo sobre as exatas condições do perigo comunista, constituem outra terrível responsabilidade. Desde há muito, existe a moda de evitar êste "anti-comunismo sistemático" que caracteriza em título de mediocridade aos olhos dos "snobs" da vanguarda intelectual "emancipada". O principal resultado desta abstenção é ter adormecido as massas e havê-las entregues, sem defesa, a todos os venenos da penetração subversiva.

Esta renúncia é mais injusti-



- Não existe uma filosofia marxista invulnerável
- A posição de Prestes em 64 era justa
- A cegueira do liberalismo
- A eficácia da repressão surpreendeu a todos

ficável porque a ação comunista estava longe de ser invulnerável. Bastaria querer combatê-la verdadeiramente e, principalmente, não se ter ilusão sobre ela. Aqui encontramos a cegueira de um certo liberalismo a cujos olhos todas as opiniões são lícitas, mesmo aquelas que assassinam a sociedade e a pessoa humana. Para êle, só são puníveis os atos de violência, mas as idéias, mesmo as mais mortíferas, têm direito às melhores atenções.

É desconhecer a "carga" prática de uma ideologia essencialmente baseada na "praxis" e que sem ela perece. Mostrou-se essa debilidade no problema estudan-

til. Não se temeu em abandonar a Universidade ao monopólio do marxismo, sem se verificar que ali, em cada anfiteatro nascia um amontoado de incendiários, terroristas, misticadores, como a própria marcha da história demonstrou. Ainda outros erros se notaram: a confiança beática nas reformas e nos esforços persuasivos do "diálogo" para terminar com a subversão. A eficácia do trabalho das autoridades responsáveis pela ordem política e social, surpreende a qualquer um, quando no seu trabalho repressivo é preventivo, descobriu-se planos de campanha, retirando-se da circulação agitadores perigosíssimos.



- A maior parte da direção escapou à repressão de 64
- Uma prisão fornece o fio da meada
- O caso das "cadernetas secretas" de Prestes
- Os comunistas divididos e dispersos

Depois do Congresso do PCUS, em 1961, começaram a se notar certas divergências no seio do Comitê Central do PCB, reflexo inevitável dos desacordos surgidos entre os Partidos Comunistas Chinês e

Russo, no sentido de desencadear a luta revolucionária no mundo. Foi quando se verificou a primeira ruptura no monolítico bloco do PCB: uma fração minoritária do Partido, dirigida pelos ex-deputados João Amazonas, Maurício

Grandeza e decadência do PCB

Grabois e Pedro Pomar desligou-se do PCB e organizou um novo Partido — Partido Comunista do Brasil — P.C. do B.

Preconiza o recurso à violência, contrariamente ao programa do PCB, que se havia declarado fiel à tática da via pacífica. Esta primeira cisão abalou o prestígio de Prestes e a força do PCB.

Com a ascensão de João Goulart, à Presidência da República, abriu-se uma nova era de prosperidade para o PCB, que conseguiu dominar potencialmente a administração e especialmente, os setores chaves do governo. Uma espécie de euforia se apoderou dos comunistas infiltrados por todas as partes, o que os fez cometer erros monumentais. A tomada do poder, por meio de um governo burguês, débil e ávido, lhes pareceu segura. As manifestações violentas e as de-

clarações ameaçadoras, unidas aos motins no Exército, provocaram a intervenção das forças armadas, que conseguiram restabelecer a ordem, em 31 de março de 1964.

A euforia dos comunistas os fez cometer erros brutais.

Os partidos comunistas foram declarados fora da lei. A debandada começou. Procedeu-se a algumas detenções espetaculares, mas a maior parte dos membros influentes dos partidos desapareceram. Diminuíram suas atividades e as autoridades ficaram sem saber, durante algum tempo se os dirigentes comunistas estavam ou não no Brasil.

A prisão de Neri Almeida, suplente do Comitê Central do PCB, no mês de junho de 1964, propiciou esclarecimentos sobre a organização clandestina do partido e suas atividades. Destas declarações concluiu-se que o PCB, depois de uma primeira fase de angústia e decepção, havia recobrado suas forças e tratou de reorganizar seus quadros na clandestinidade, utilizando-se somente de elementos comprovadamente fiéis.

Segundo esse esquema, a direção do PCB estava organizado por dois Comitês:

1 — Comitê Executivo: Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Mario Alves de Souza Vieira, Carlos Marighela, Jacob Goreneder. (Estes quatro últimos desde 1942, constituem o chamado "grupo baiano", porque são

SUBVERSÃO NO BRASIL

todos naturais da Bahia). Sabe-se que este grupo é o núcleo mais forte e mais enérgico do PCB. Sempre desempenhou papel preponderante na vida do Partido.

2 — **Coité Central:** (Cada membro estava encarregado de uma missão específica em determinado setor da vida nacional): Luiz Carlos Prestes (setor político — S. Paulo); Giocordo Dias (setor político-Guanabara); Miguel Batista (setor político-Estado do Rio); Carlos Marighela (setor "Paz e Solidariedade" — Guanabara); José Francisco (setor imprensa - Espírito Santo); Orlando Bonfim e Apolonio Carvalho (setor imprensa - Guanabara); Ramiro Luchesi (setor sindical - Guanabara); Astrogildo Pereira (setor intelectual - Guanabara); Anibal Bonavides (setor parlamentar-Ceará); ex-deputado Marco Aurélio (setor parlamentar - Brasília); Francisco Humberto e Francisco Gomes (setor sindical - Rio de Janeiro); Luiz Maranhão (setor parlamentar - Rio Grande do Norte); Geraldo Rodrigues dos Santos (setor sindical - São Paulo); Jaime Miranda (setor imprensa-Alagoas); Moisés Vinhas (setor agrário - S. Paulo); Zuleica Alambert (setor juventude - Estado do Rio); Agostinho Dias (setor sindical - Estado do Rio); Sérgio Olmos (setor sindical - Rio Grande do Sul); Ivan Ribeiro (setor aviação comercial - Guanabara); Isaac Schenoval (setor de profissões liberais -

Guanabara); Roberto Moreno (setor sindical - Guanabara); Agriberto Vieira de Azevedo (setor imprensa - Paraná); Neri Almeida (setor ferrocarril - Guanabara).

A situação parecia estabilizar-se dentro deste esquema de clandestinidade e sob a direção sempre dominante de Luiz Carlos Prestes.

Foi quando, apenas alguns meses depois de 31 de março de 1964, se deu a descoberta dos "cadernos secretos de Prestes".

Prestes foi até acusado de ter traído voluntariamente o Partido.

Tal fato provocou agitações frenéticas e distúrbios de excepcional gravidade nas fileiras do PCB e até do PC do B. A posição do ex-secretário geral do PCB ficou profundamente combatida. O descontentamento demonstrado por alguns membros do Partido, teve até repercussões públicas: Carlos Marighela ameaçou Prestes de morte pelas faltas cometidas e, a partir de então, mostrou-se mais independente perante as decisões do Partido.

Como imediata consequência, constituiu-se um triunvirato no seio do PCB para assegurar a direção, destituindo-se Prestes de quaisquer funções dirigentes.

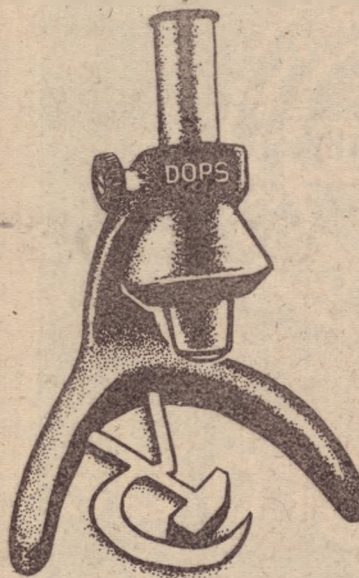
O triunvirato, formado por elementos do "grupo baiano",

decidiu falar em nome de Prestes, que não podia se manifestar sem autorização dos demais. A intenção do Grupo era salvar a organização do Partido e o prestígio do comunismo brasileiro, isolando-se por algum tempo o secretário-geral sem liquidar completamente o precioso capital político que ele representava. Se Prestes era exposto ao opróbrio público, o PCB seria esmagado e o P.C. do B. cresceria.

O P.C. do B. tratou de se aproveitar da ocasião. Desencadeou uma campanha violenta contra Prestes. Foi ele acusado de oportunista e incapaz, e até se insinuou de ter Prestes traído voluntariamente o Partido. Com a descoberta das "cadernetas de Prestes" e as acusações formais do P.C. do B., surgiu um conflito latente nas fileiras do PCB. Muitos começaram a perguntar-se se a adoção da linha soviética não era a primeira causa de tantas derrotas.

Alguns militantes abandonaram o Partido e se refugiaram nas fileiras do P.C. do B., outros, como Marighela, sem deixar o Partido, começaram a estudar a possibilidade de modificar o caminho tradicional e dar um novo vigor aos quadros e aos militantes de base.

Suas atitudes e seus propósitos encontraram um eco favorável em certos setores responsáveis, o que provocou reuniões tumultuosas.



Durante mais de três anos, Prestes encontrou no Partido uma "luta ideológica" e uma oposição que chamou de "esquerda", a qual "engajou" alguns membros do Comitê Central, os menos firmes sob o ponto de vista ideológico e que a derrota (31 de março de 1964) em alguns que não entendem seu caráter temporal, provocam desespero e os deixam sem perspectiva.

Prestes e seus partidários, apoiados por Moscou, conseguiram progressivamente arrematar a parcela preponderante do Partido e, quando estavam certos da obtenção da maioria, foi convocado o VI Congresso do PCB, que se realizou em dezembro de 1967 (que teria se

realizado em 1964, se não houvesse acontecido a revolução).

Neste Congresso foi feita a auto-crítica dos dirigentes do Partido e concluiu-se que muitos foram iludidos sobre a burguesia e o dispositivo militar do governo Goulart.

Embora reconhecendo o erro de apreciação sobre a situação naquela época, manteve como boa a orientação geral. "Em fins de 1963 e no início de 1964, a atitude do presidente Goulart foi a de um verdadeiro patriota" e o Partido Comunista tinha razão em marchar com ele. O fracasso veio pelo fato de alguns querer forçá-lo (Goulart) a caminhar muito depressa — e o Congresso chegou a esta conclusão de que os erros cometidos não foram consequência de um desvio para a direita, mas que "revistiam um caráter essencialmente esquerdista, revolucionário e pequeno burguês".

Depois da revolução de 1964, a posição do PCB caiu de importância, em relação ao conjunto das forças de esquerda. As novas dissidências apesar de não terem empolgado a simpatia da massa comunista, provocou grande desfalque em seus quadros. Esta situação é muito mais grave do que parece, à primeira vista: o PCB encontra-se na expectativa, muito longe de poder voltar a dar uma unidade de direção a todas as forças comunistas divididas e despersas.

As três fases da guerrilha

comando central estava confiado a Paulo Shilling, com ajuda de Coelho Neto e Cabral. O critério para aceitar os membros era o seguinte: capacidade do candidato para ações terroristas, seu heroísmo e sua audácia. Uma vez aceito, o candidato era submetido a um treinamento intenso, que compreendia instruções como proceder em missões difíceis e de grande confiança.

Dois meses mais tarde, em junho de 1964, foi descoberto em Pelotas (Rio Grande do Sul) uma escola, semi-oficial, semi-clandestina, que se ocupava de treinamentos para guerrilhas dos "grupo dos onze".

Nela se ensinavam todas as técnicas e táticas de agitação, de sabotagem, de luta clandestina. Era dirigida pelo comunista prof. Tholozon Dias da Costa e, os cursos práticos eram dados por técnicos em guerrilhas, formados em países comunistas.

Em agosto de 1964, foi descoberto um documento ultrasecreto, assinado pelo "Comando Supremo de Libertação Nacional", enviado do Uruguai e destinado a organização da luta dos "grupo dos onze". Tal documento objetiva a finalidade dos gru-

pos, métodos de ação, táticas gerais de guerrilha, detenção de adversários, etc.

O teor não é o mesmo que das instruções anteriores a maio de 1964, ou dos primeiros meses que se seguiram. Houve uma mudança de doutrina que modifica completamente o sentido e a finalidade dos G-11, arma potencial de Brizola. Houve uma total "comunização". Afirma-se "que os G-11, constituem o principal instrumento e a vanguarda da revolução, como a "guarda vermelha da Revolução Socialista de 1917 na URSS, de quem seguiremos o vitorioso exemplo". No referido documento encontra-se instruções sobre a ação dos Grupos e no Capítulo 7.º, se refere "ao grande aliado comunista" com uma crítica aberta da "atividades negativa do camarada Prestes".

Mencionam-se as linhas russa e chinesa do PC, chamando a última de boa. No capítulo 8.º preconiza a artemização de "camaradas humildes, mas encarnçados em seu ódio contra os poderosos e ricos".

O documento não despreza a possibilidade de uma derrota do Movimento. Neste caso, "os re-

féns deveriam ser sumários e imediatamente fuzilados". A única manifestação aberta do Movimento de Libertação, foi feita pelo Coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório, em 1965, em várias localidades do Sul. A tática empregada era a de guerrilha, pois, após os atos espetaculares provocados para chamar a atenção, se dividiam em grupos de 4 ou 5, dirigindo-se cada grupo em diferentes posições, com fins específicos. Ao mesmo tempo, mais de 200 camponeses, membros dos G-11 foram presos na região, quando pretendiam atingir determinada localidade.

Segundo declarações dos presos, e analisando-se documentos apreendidos, depreende-se que a ação do grupo não tinha outra finalidade do que dar um sinal para um levante mais amplo em outras regiões do país. Tal episódio foi um fracasso total, desde o ponto de vista de uma revolução que supunham fosse provocar e principalmente pela reação do povo, que se mostrou contra o movimento. Assim, esta primeira forma de guerrilhas parece definitivamente dominada.



- Os "grupos dos onze" e a tentativa do tenente-coronel Jefferson Cardin.
- O malogro de Caparaó
- A guerrilha amadurecida como estratégia

Em sua primeira fase, a guerrilha brasileira não tinha uma forma definida com um programa e um nome próprio. Era uma possibilidade no quadro de uma atividade da organização subversiva chamada os "grupos dos onze", idealizada por Brizola. Esta organização nada tinha de comunista e pertencia a seu organizador, embora a ideia fosse dada a Brizola pelo agitador comunista Ladislau Alves da Silva

Nos começos de 1964, o DOPS possuía um considerável

número de documentos que indicava uma revolução em marcha, com 1.298 "grupos de onze" organizados. Cada grupo tinha um responsável (comandante) que tinha a obrigação de reuni-los constantemente, fornecer material de propaganda e doutrinar. Os comandantes de grupos dependiam de um chefe superior que devia iniciá-los no campo ideológico e na arte de guerrilhas: emboscadas, combates de rua, progressão em terreno desconhecido, preparação de bombas, manejo de armas e defesa do grupo em qualquer situação. O



O malogro da guerrilha do Caparaó

Em sua segunda fase, a guerrilha brasileira manifestou-se unicamente das ações de grande envergadura que tiveram lugar em outros países. A Bolívia, foi um exemplo que excitou certas camadas de "revolucionários brasileiros" e os incitou a marchar ao campo.

De maneira insólita formaram-se vários grupos de guerrilhas, mas não havia um plano comum e geral. Apesar de uma atuação de meses em Caparaó, estes grupos não tiveram estritamente nenhuma ação ofensiva que pudesse ser qualificada de ação de guerrilha.

Mantiveram-se em posição de passividade. Há meses, as autoridades militares e policiais estavam informadas da existência de alguns grupos armados, em uma região extremamente propícia a uma resistência armada. Têm-se a impressão que a Serra de Caparaó foi escolhida, não para início de uma potente ação de guerrilha, decidida a atuar e a responder aos ataques das autoridades, mas para servir de início de treinamentos dos futuros quadros de guerrilha nacional.

A ação das forças armadas foi coroada de êxito, porque os grupos existentes não opuseram nenhuma resistência séria, apesar de estarem bem armados.

O material encontrado era bastante variado e ia desde barracas de campanha de nylon, mochilas, revólveres, metralhadoras, aparelhos de rádio transmissão até munições, mapas e manuais de guerrilha.

O primeiro grupo detido contava com 14 membros, alguns deles conseguiram fugir tendo sido capturado depois. Confessaram fazer parte de um grupo de envergadura nacional, embora não tivessem fornecido detalhes precisos.

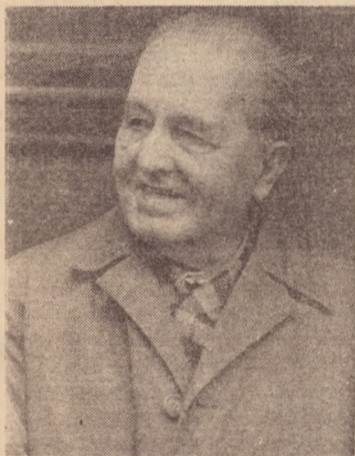
Com a prisão de Edival Augusto de Melo, entre os membros do Grupo de Caparaó, começou-se a delinear os laços comunistas da guerrilha brasileira: depois de ter seus direitos políticos cassados, refugiou-se na Embaixada do México. Daí foi para Cuba, onde fez um curso de guerrilha. Depois foi a Checoslováquia para um curso de aperfeiçoamento. Voltou para a América do Sul (Uruguai) onde entrou em contacto com Brizola. De pleno acordo com o ex-governador que devia facilitar os fundos necessários voltou ao Brasil e começou a organizar as guerrilhas. Estes grupos concentrados na região da Serra de Caparaó deviam reunir uma centena de pessoas, divididas em quatro grupos:

segundo as informações recolhidas: Garganta do Diabo, 30; Picada dos ladrões, 20; Botijo, 20; Caparaó, 20.

As ações militares foram poucas, pois, depois da queda do primeiro grupo nas mãos do Exército, os outros começaram a se dissolver. Muitos foram detidos. Não negaram sua participação nos grupos escondidos nas montanhas. Confessaram que entre os guerrilheiros encontravam-se muitos estrangeiros, latino-americanos e até europeus.

A polícia descobriu, então, o verdadeiro mentor e chefe oculto dessa experiência de guerrilhas no Brasil: Bayard Demarin Boiteaux, professor de matemática da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão de Ajuda à Famílias de Pessoas atingidas pelos Atos Institucionais. Foi preso e condenado.

A organização de Caparaó, constituiu o primeiro verdadeiro movimento de guerrilhas no Brasil. O principal fator que provocou sua derrota foi a falta de apoio dos habitantes da região e a inespéncia desses guerrilheiros na tática das guerrilhas e, também sua indecisão para fazer frente a qualquer gênero de ataque e responder sem temer uma luta aberta.



Luiz Carlos Prestes



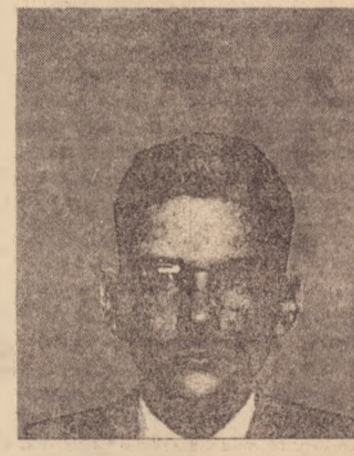
João Amazonas



Paulo Schilling



Jacob Gorender



Mario Alves

A terceira fase das guerrilhas no Brasil é recente. Ela "amplifica" o conceito de guerrilha até chegar a uma doutrina política e se constitui no único meio de ação para a tomada do poder. Com exceção do grupo de Prestes, todos os comunistas brasileiros se encontram comprometidos nas táticas da violência.

Com matizes, às vezes sensíveis, todos aceitam a **teoria do foco**, ou seja, consideram indispensável começar mais cedo ou mais tarde um movimento de guerrilhas no Brasil. Preparam, desde já, uma abertura desta frente, por uma mobilização de massas nos meios trabalhador, camponês e estudantil.

O P.C. do B., dirigido atualmente por João Amazonas e Pedro Pomar, atua desde a sua constituição seguindo o exemplo chinês. A violência, em todas suas formas, é parte de seu programa de ação. Não possui organizadores de massa; conta com um grupo restrito, mas bem organizado. Suas ações, até agora, tem sido moderadas no que concerne a aplicação da violência. Esta violência, mais verbal,

foi observado nas manifestações estudantis.

O PCBR, de Mario Alves e Jacob Gorender, pretende sempre aceitar a agitação estudantil, levar o operário à greve como preliminares condições para o estabelecimento da guerrilha.

Com este objetivo, o PCBR subordina seu movimento à concentração de esforços para impulsionar os meios trabalhadores, preconizando greve geral; intensificação da luta violenta no campo; aumento de ação comunista no meio estudantil.

Depois dessas ações preliminares o PCBR passará à fase da luta armada propriamente dito, observando:

- treinamento para a luta na cidade e no campo;
- organização de grupos de auto-defesa de massas em escolas, empresas, fazendas, etc.;
- preparativos para a guerrilha rural;
- determinação de regiões mais receptivas.

O PCBR estima que cada dia existem condições mais favoráveis para a luta armada.

A terceira facção comunista que preconiza a luta de guerril-

lhas, como uma indispensável necessidade para a vitória da revolução, é o Grupo da OLAS, dirigido por Carlos Marighela, cujo plano de subversão chegou a escandalizar os "prestistas" do PCB, que o consideram uma "loucura". Este plano, que preconiza a guerrilha rural como a melhor tática da luta contra o imperialismo e contra o atual governo brasileiro, possui seu valor intrínseco. Baseia-se na experiência castrista e como exemplo aponta "Che" Guevara.

Atualmente, com Carlos Marighela, a guerrilha no Brasil toma aspectos novos. Não se trata já da aplicação eventual de um meio violento, mas do estabelecimento de um plano capaz de suscitar uma mística. O que ele pretende é modificar o sentido da doutrina revolucionária comunista, introduzindo o "estado insurrecional permanente", pela abertura de focos de guerrilhas por todos os lados, como fundamento da luta de classe. Esta nova fase da atividade comunista no Brasil, foi desencadeada com a Vanguarda Popular, em São Paulo, com seus assaltos a bancos, atos de terrorismo, assassinatos.



O estado insurrecional permanente

Reino Unido: a crise está nas ruas

A violência social tomou conta das ruas inglesas. Durante mais de duas semanas, milhares de jovens — brancos, negros, asiáticos — e populares destruíram tudo o que viam pela frente. Este é o resultado da política anti-popular de Margareth Thatcher, que gera o desemprego em massa e a inflação.

Por Wagner Cardoso



“Cala a boca, sua burra!”, foi a única maneira que Eric Heffe, deputado de Liverpool e membro da ala esquerda do Partido Trabalhista, encontrou para saudar a primeira-ministra, no dia 09 de julho, no Parlamento.

A desmoralização de Thatcher já é tão grande, que mesmo todas as pompas da Câmara dos Comuns não mais servem para esconder a desaprovação crescente de sua política de “austeridade” (o “arrocho” europeu). Tanto nas ruas, quanto na própria oposição parlamentar, e mesmo no seio de seu partido, o Conservador, é crescente a recusa aos dois anos de governo da “Dama de Ferro”.

Três meses após os motins ocorridos na cidade de Brixton, agora foram mais de trinta cidades britânicas a sofrerem na pele a raiva popular.

Tudo começou no bairro de Southal — oeste londrino — onde vivem trinta mil hindus, paquistaneses e bengalenses. Lá, os encontros começaram através de ataques organizados pelos grupos “skinheads” (“cabeças raspadas”) aos imigrantes. Saídos do lumpem-proletariado, os “skinheads”, são frequentemente utilizados como instrumento para as campanhas racistas organizadas pelas formações de extrema direita: às dezenas, eles invadem os bairros dos imigrantes, insultando e quebrando tudo.

No dia seguinte, 4 de julho, foi a vez do bairro de Toxteth, em Liverpool. Enfrentamentos entre jovens imigrantes e policiais paralisaram e semi-destruíram a cidade. Depois, a chama se alastrou por quase toda a Inglaterra.

É importante lembrar que esses fatos não são nenhuma novidade, pois a Inglaterra conhece periodicamente tais explosões. O que muda agora é a intensidade. Em 1976, foram os jamaicanos de Notting Hill. Em 1980, foi a vez de Bristol. Todas as vezes, a cena é a mesma: prédios, casas, carros destruídos, incendiados; centenas de feridos e milhares de prisões. Esses verdadeiros motins dos guetos imigrantes são

a manifestação de um clima de tensão permanente.

Racismo e miséria

Desde 1948, os habitantes das colônias ou possessões da Grã-Bretanha dispõem do direito de voto e do direito de se instalarem na metrópole. Isto significa a chegada de mais de 2 milhões de pessoas, na sua maioria das Antilhas hindus e paquistaneses. De seus votos, dependem uma boa parte das circunscrições eleitorais. Com o desenvolvimento da crise econômica, a imigração tornou-se o bode expiatório e os imigrantes o grupo social que sofre mais brutalmente os efeitos da “austeridade”. Como aliás, acontece em toda a Europa.

Por outro lado, existem os grupos fascistas, principalmente a “Frente Nacional”, que causam sistematicamente agressões racistas. Em menos de dois anos, constatou-se mais de mil casos ocasionando até mortes. A polícia jamais interveio e quando o faz é para espancar e prender... os “estrangeiros”. No dia 3 de julho, por exemplo, em Southal, os “cabeças raspadas”, esconderam-se atrás dos policiais, enquanto agrediam os jovens.

O governo conservador, por sua vez encoraja tais atos. Quando da campanha eleitoral, que levou Thatcher ao poder, em 1979, ela não hesitou em declarar que seu país “poderia ir à falência, por causa de pessoas de cultura diferente”. E atualmente está em curso um projeto de lei visando reduzir severamente a imigração.

Enquanto isso, os guetos de imigrantes proliferam e com eles a miséria. Na Inglaterra, existem atualmente, quase 3 milhões de desempregados, ou seja, mais de 10% da população trabalhadora. Mas a diferença é que essa taxa de desemprego aumenta de 40 a 50% nos bairros dos negros e asiáticos!

A mais grave crise desde 1930

A economia britânica entrou em recessão bem antes de todas as outras econo-

mias capitalistas dos países industrializados. A queda da produção industrial acelerou-se mais ainda a partir de janeiro de 1981 e promete continuar. Em 1980, o Produto Nacional Bruto caiu de 3%, e só no último trimestre de 1980 ele baixou de 5,5%. A atual recessão é, assim, muito mais grave que a anterior de 1974-75, quando a queda do PNB fôra de aproximadamente 4%.

A própria Confederação da Indústria Britânica, que já deu sua desaprovação à política de Thatcher, afirma que “esta é a mais grave crise que o país atravessa, desde o ‘crach’ da Bolsa em 1930”.

Segundo estatísticas do “Report of the Central Statistical Office”, feitas em fevereiro de 1981, estes seriam alguns dos dados catastróficos da economia inglesa: indústria manufatureira, queda de 14,4%, desde 1980 setor metalúrgico, baixa da produção em 20%; maquinarias e instrumentos: queda de 17%; química e refinaria de petróleo: menos 16% de produção. A produção na indústria automobilística caiu de 1.640.000 unidades em 1970, para 924.000 em 1980. A produção de aço foi de 28 milhões de toneladas em 1970 para 11,2 milhões em 1980. O setor da construção civil também sofre o mesmo problema: queda de 25% com relação a 1970.

Somado a tudo isto existe também o problema da inflação. Apesar da “vitória governamental” em reduzi-la de 22% em junho de 1980 para 11,3% em julho de 1981, esse índice ainda é superior àquele que Thatcher encontrou logo que chegou ao poder, em 79.

Enfim, racismo, desemprego e miséria, são todos eles aspectos do mesmo problema: o resultado da política de “austeridade” e anti-popular de Thatcher. Ela, ao que tudo indica, tem seus dias contados, pois, se somarmos aos recentes motins a crise aberta pelos republicanos irlandeses, poderemos desvendar a real face do velho império britânico, que à imagem das trinta cidades destruídas, só lhe restam cinzas...

KIBRAMUNDO
KIBRAMUNDO
KIBRAMUNDO

BERLIM OCIDENTAL: A exemplo do que acontece atualmente na Inglaterra, o novo governo Democrata Cristão — recentemente eleito em detrimento dos Social-Democratas — também está tendo grandes pesadelos. Isto porque durante os dias 25 e 26 de junho e mais recentemente 12 e 13 de julho, milhares de “squatters” (jovens desalojados) e populares, saíram às ruas depredando tudo o que viam, por causa da especulação imobiliária. Desses confrontos, que se transformaram em batalhas de rua, quase cem policiais já saíram feridos — sem contar as centenas de populares hospitalizados — enquanto se fazem prisões em massa. Os conflitos duraram quase 10 horas cada um, atingindo desde os bairros populares, onde o problema de falta de moradia é candente, até os bairros burgueses.

IRLANDA: A “questão irlandesa” continua atormentando a reacionária Thatcher. Com as mortes de Joe Mac Donnell no dia 8 e de Martin Husson a 13 de julho, eleva-se a seis o número de mortos por greve de fome na prisão de Lonk Kesh, perto de Belfast. E as cenas se sucedem: amplas manifestações de rua em repúdio à Inglaterra; enterros com milhares de pessoas; repressão policial; escoltamento por parte dos militantes e simpatizantes do IRA (Exército Republicano Irlandês) e intransigência do governo britânico.

Além das duas mortes, mais dois presos — Kieran Doherty, deputado do Parlamento irlandês e Kevin Lynch — estão também há 60 dias em greve de fome. Por outro lado, Matt Devlin, de 31 anos, preso em 1977 e condenado a 7 anos, começou um movimento análogo.

TURQUIA: Cinquenta e dois sindicalistas turcos, membros da DISK (Confederação dos Sindicatos Operários Progressistas) estão sendo julgados, atualmente em Istambul. Dentre eles, figuram o presidente Abduhillah Basturk e numerosos dirigentes importantes da central sindical, que contava com mais de um milhão de associados. E o Procurador do Tribunal do Estado (o STM de lá) já anunciou que pediria a pena de morte para eles!

Com essa medida, a ditadura militar que governa o país desde o golpe de Estado de setembro de 1980 amplia ainda mais a repressão. Além da proibição de todos os partidos políticos e fechamento da Câmara, as prisões turcas estão abarrotadas, dezenas de milhares de presos, com torturas e mortes sucedendo-se diariamente.



Retrato do Logotipo do jornal "Barricada"

NICARÁGUA

RUMMO AO

Nicarágua está em festa, é o 2º aniversário da vitória sandinista sobre Somoza. Apresentamos aqui um resumo de duas horas de entrevista com Roberto Gonzales e Alberto Reyes H., jornalistas nicaraguenses que recentemente estiveram no Brasil. Eles falam como nas lutas na empresa, nas fábricas, nas fazendas e contra as ameaças imperialistas, a auto-organização popular é a principal arma para a construção do socialismo. Com esta entrevista exclusiva, EM TEMPO inicia um balanço de dois anos da revolução, que se completará na próxima edição.

Por Marcelo Zugadi

A generosidade da revolução

— Seria bom, para começar, explicar ao leitor do EM TEMPO como e porque nasce o "Nuevo Diario".

— Alberto Reyes H: "Nuevo Diario" nasceu a 1º de junho de 1979. É integrado por 176 trabalhadores que antes trabalhavam em "La Prensa" S.A. 96% dos jornalistas do "La Prensa" saíram para criar o "Nuevo Diario". Surgimos como resposta ao problema de manter uma luta constante contra um setor da direção do jornal.

"La Prensa" tradicionalmente

foi um jornal de oposição ao somosismo. Mas sua direção não entendeu que com o triunfo da revolução não poderia manter-se nos marcos tradicionais do jornalismo; fazia-se necessário avançar numa concepção de jornalismo; um jornalismo que deveria estar a serviço das grandes maiorias, a serviço do povo que tinha feito a revolução. A família Chamorro, com exceção de Javier, pretendia seguir utilizando o jornal em benefício das minorias, dos exploradores.

Diariamente ocorriam choques entre a direção e os trabalhadores. Diante dessa situação resolveu-se fazer uma greve e o engenheiro Javier Chamorro retirou sua parte do capital da empresa. Um belo dia tomamos

o jornal, não permitindo a entrada de ninguém, com os trabalhadores impondo o seu direito de escrever o que quisessem. Os donos não cederam. Depois de 30, 40 dias de conflito, chegamos à conclusão de que já não era possível, mesmo que entrássemos num acordo, voltar a fazer parte da família de "La Prensa S.A." Fizemos então uma petição judicial para que a greve fosse declarada legal, exigindo indenização para todos os trabalhadores. A justiça nos deu ganho de causa e "La Prensa" teve que pagar. É assim começa "Nuevo Diario", com o dinheiro posto por cada um dos trabalhadores, mais o de Javier Chamorro.

— Dentro do sistema de imprensa falada e escrita da Nicarágua, qual o papel que cumpre Nuevo Diario?

— ARH: É um jornal totalmente consequente com o processo que vive a Nicarágua, com a linha revolucionária da Frente Sandinista de Libertação Nacional, consequente com o direito dos trabalhadores, do povo de Nicarágua a finalmente terem uma verdadeira liberdade de expressão. "Nuevo Diario" busca a informação com o povo, informa o que o povo faz e diz, o que o povo quer. Não se busca a elite; esse grupinho de pessoas não tem entrada em nosso jornal.

— Roberto Gonzales: Gostaria de acrescentar que o jornal tem uma linha eminentemente crítica. Quando ocorrem falhas, seja porque os dirigentes do processo falham, ou porque determinadas propostas não dão bons resultados, o jornal as aponta, demonstrando uma capacidade analítica que provém da experiência revolucionária de seus trabalhadores. É uma janela aberta à expressão popular, à expressão revolucionária.

— ARH: É preciso que tenhamos sempre a consciência de que são as massas que detém a verdade. Trata-se, portanto, de que sejam as grandes maiorias as que se expressem nesse jornal.

— É possível dizer então que há uma verdadeira liberdade de imprensa na Nicarágua, inclusive para criticar o governo?

— RG: Eu que trabalho na área da propriedade do povo posso reafirmar isso. Nossa referência para emitir uma opinião são as organizações populares, de massa. Se o povo questiona as linhas traçadas administrativamente, coloca-se o problema buscando uma solução. Pelo lado da reação, representada por "La Prensa S.A.", permitimos-lhe, até que canse, os ataques, a hostilidade, o fustigamento...

"Eu que trabalho na área da propriedade do povo posso reafirmar a liberdade de imprensa existente. Nosso referência para emitir uma opinião são as organizações populares".

— Eles também têm liberdade de imprensa...

— RG:... não o podem negar.

— Em relação ao funcionamento dos meios de comunicação na Nicarágua, como vocês vêm a grande imprensa daqui e do exterior?

— RG: Recebemos o reflexo do funcionamento da grande imprensa através de embaixadores, missões diplomáticas, missões de trabalhadores ao exterior etc. A grande imprensa está obedecendo aos interesses das multinacionais, do imperialismo. A deformação da notícia é o pão de cada dia.

— ARH: Nós não precisamos sair da Nicarágua para saber disso, pois "La Prensa" é a cópia fiel do que faz a grande imprensa do mundo.

— RG: Vou dar um exemplo: Cuba - e a Nicarágua não o nega - tem sido nossa grande amiga; desde a fundação da vanguarda há 20 anos, Cuba estendeu sua mão amiga a esse movimento de libertação. Agora, depois do

triunfo enviou uma grande quantidade de professores para a cruzada da alfabetização. Um dia apareceu "La Prensa S.A." dizendo "cubano manda atirar". Era um boato sobre um caso em que um grupo de contra-revolucionários tinham agredido alguns companheiros do exército sandinista. Como na comunidade havia um professor cubano, "La Prensa" utilizou-se disso para dizer que a resposta aos contra-revolucionários tinha sido ordenada por ele. Só que o professor nem estava ali, nem sabia do caso. Mas "La Prensa" publicou isso com estardalhaço; a grande imprensa internacional tomou essa informação e logo recebemos notícias onde se falava que militares cubanos tinham conduzido uma operação militar na Nicarágua. E não tivemos, sequer, possibilidade de retificação.

Neste caso nós nem entramos com ação judicial contra "La Prensa". Foi-lhe apenas chamada a atenção. É a generosidade da Revolução... que não tem dado bons resultados.

— Uma das características mais notáveis da revolução nicaraguense é o que se tem chamado da generosidade da Revolução. Até onde pode chegar essa generosidade quando ocorrem coisas como essas, quando ocorrem os ataques sistemáticos dos agentes somosistas, quando um jornalista de "La Prensa" utiliza, na fronteira com Honduras, as suas prerrogativas enquanto jornalista para servir de elo de ligação para juntar fundos para os somosistas? Com esta realidade, até onde poderá chegar a louvável generosidade da Revolução?

— ARG: Este caso é um exemplo claro de até onde "La Prensa" chegou. Quanto a esse homem, são comprovados seus contatos com os bandos armados contra-revolucionários, está comprovado que tem juntado fundos para eles, que tem armas etc. O homem aceita esses cargos e "La Prensa" sai em sua defesa. Até onde chegará essa generosidade? Será o povo, os dois milhões e meio de nicaraguenses quem decidirá até quando.



1979: comemoração da vitória

NICARÁGUA

SOCIALISMO



os entrevistados

A disputa pelo controle da produção

Passando a outro tema, qual a função que cumpre a "Union de los Periodistas Nicaraguenses" — UPN — em relação aos trabalhadores em imprensa, em relação ao problema sindical em geral e como se coloca internacionalmente o sindicalismo Nicaraguense?

— RG: A UPN conta com uma representação na coordenação sindical, um projeto que vem marchando há um ano e meio para estruturar a unidade de toda a classe trabalhadora. Uma classe trabalhadora que conquistou o poder, mas que defrontou-se com vários projetos de luta operária; e que hoje tende a superar certas diferenças. Temos tres centrais sindicais importantes.

As vésperas do segundo aniversário do triunfo revolucionário acredito que essa Central Única dos Trabalhadores é quase um fato. Dela ficam fora os remanescentes do passado, os arrependidos do presente e os vacilantes; reconhecemos também que há dois pequenos grupos CTN e a CUS que tem laços evidentes com organismos imperialistas e são financiados de fora.

Num fórum nacional que neste momento existe na Nicarágua, onde se discutem todos os problemas com os microfones de rádio e televisão abertos para toda a população, para que se conheça quais são as verdadeiras posições revolucionárias e as da reação, ali estão estes grupos, alinhando-se sempre com a direita.

— Existe na legislação, ou na prática, representação dos trabalhadores a nível das empresas?

— RG: É preciso diferenciar, sublinhando-se que as empresas de propriedade do povo são manejadas diretamente pela classe trabalhadora. Isso representa 40% da indústria e talvez uns 30% do setor de serviços. No setor privado, os trabalhadores vêm adquirindo um grau tal de consciência que acompanham a descapitalização, que é uma manobra diária da reação nicaraguense. Através de suas denúncias tem sido feitas intervenções

do Estado Revolucionário — Existe um efetivo controle por parte dos sindicatos e dos trabalhadores do funcionamento das fábricas?

— "O trabalhador vê as manobras da burguesia que quer sufocar economicamente o governo revolucionário. Então, os camponeses saem em manifestação e dizem que querem que o governo intervenha".

— RG: A cada dia os trabalhadores nicaraguenses avançam na luta pelos seus direitos. Exigem, por exemplo, conhecer o balanço das empresas.

— ARG: No campo, por exemplo, nas últimas duas ou tres semanas, vem ocorrendo um movimento gigantesco dos camponeses. Eles têm claro como os patrões estão descapitalizando as fazendas e têm realizado tomadas de fazendas em todo o país. O camponês percebe que há alguns anos atrás existiam 300 trabalhadores em uma fazenda que hoje só tem 20 ou 25; que existiam 500 cabeças de gado e hoje apenas 10; que os tratores não são consertados; que não há manutenção dos cafezais. O trabalhador vê a manobra: a burguesia quer que neste próximo ano, ao invés de 1 milhão e 300 mil quintais de café colharmos apenas 800 mil e que em pouco tempo colharmos nada, para afogar economicamente o governo revolucionário. Então, o camponês sai em manifestação, entram na casa do governo 400, 500 camponeses e dizem que querem que o governo intervenha.

— O que faz o governo?

— ARH: Os camponeses primeiro tomam a propriedade; depois vem uma investigação; mas o camponês já começa a trabalhar a terra.

— RG: A Associação dos Trabalhadores do Campo - ATC - aglutina de 200 a 300 mil trabalhadores e cresce dia a dia. E a

consigna é que não deve haver terras sem cultivar no próximo ano. Os camponeses têm-se dedicado a buscar terras ociosas e têm encontrado latifúndios abandonados há anos. Fazem a denúncia e ocupam as terras. O grande problema do governo revolucionário é o financiamento necessário para trabalhar a terra.

— Em um país subdesenvolvido como a Nicarágua, somando a distribuição da terra e o atual boicote dos capitalistas e do imperialismo, quais são as perspectivas da economia e como serão resolvidos os problemas "colocados"?

— RG: Neste momento a Nicarágua passa por uma situação crítica. Três anos sem colheitas em um país dependente do campo, têm impedido levar a cabo com maior rapidez uma série de medidas revolucionárias. Nesse terreno a solidariedade internacional tem sido importante. E a Nicarágua recebe qualquer ajuda com a única condição de que venha sem condições. Herdamos da ditadura 1.600 milhões de dólares de dívida externa e essa soma já foi acrescida de 600 milhões. Ou seja, um total quase igual ao produto interno bruto de um ano. Temos recebido financiamentos muito fraternos. Mas ao mesmo tempo, uma prova de como somos tratados por aquele que foi o principal sócio econômico da Nicarágua durante o somozismo, é a negação de empréstimos por parte do imperialismo norte-americano.

— ARH: Resolver o problema econômico da Nicarágua compete ao governo revolucionário e aos empresários privados. Mas estes estão manobrando de tal modo que cerca de 80% dos 600 milhões em que aumentou a dívida desde o 19 de julho, foi sacado do país pelos capitalistas anti-pátria, utilizando todo tipo de artimanhas.

— São justamente estes elementos que levam a perguntar se a atual economia mista está em condições de enfrentar o futuro econômico imediato.

— RG: Vejamos um exemplo: na colheita de 80/81 foram colhidos 220 mil fardos de algodão, nosso principal produto de exportação. Agora, quando já deveríamos estar semeando 80% dos hectares destinados ao algodão, apenas 30% está semeado. Ou seja, está se orquestrando a paralisação do país. Ai então, quem terá que responder é a classe operária e os pequenos e médios produtores que estão organizando-se para sustentar a economia; porque os grandes latifundiários se negam a desenvolver uma atividade econômica.



Treinamento de milícias populares

Cada nicaraguense é um cidadão armado

— Além do boicote e das pressões econômicas, existem também as ameaças militares. Como o governo e povo nicaraguense enfrentarão estas constantes ameaças?

— RG: O povo nicaraguense tem muito claro que na Nicarágua se joga o futuro na América Central. E nos preparamos para a defesa. Nós, dois jornalistas que estamos falando aqui, somos milicianos; o companheiro é instrutor de milícias e eu sou miliciano. Assim como nós, há milhares de jovens, trabalhadores e camponeses. Sabemos que a única garantia de defesa de nossa revolução está nas armas.

— "O povo nicaraguense fez uma guerra, derrubou uma dinastia, tomou o poder e está disposto a defendê-lo e conservá-lo".

— ARH: O importante é que neste momento o povo tem consciência absoluta de que a única forma de defender a revolução é através das armas. Os estudantes primários, secundários, universitários, os profissionais, os operários, os camponeses, todos estamos incorporados às milícias. Há centros de instrução de milícias em todas as cidades da Nicarágua e para lá vão os operários depois do trabalho, os estudantes, etc para treinamento. Há dois tipos de milicianos: o que é

reservista do Exército Popular Sandinista e que passa um mês nas montanhas recebendo treinamento e o miliciano que está nos centros de treinamento das cidades. Constantemente saem batalhões para treinamento. É impressionante ver este espetáculo. Cada nicaraguense vai convertendo-se em um cidadão armado. Como dizia Sandino: "não somos militares, somos cidadãos armados".

— Poderia-se dizer que a burguesia tem possibilidades de voltar ao poder?

— ARH: Eu diria que nenhuma. É um sonho irrealizável. O povo nicaraguense fez uma guerra, derrubou uma dinastia, tomou o poder e está disposto a defendê-lo e conservá-lo.

— RG: Na realidade a burguesia tem o seu projeto: para 1985, quando de acordo com o Estatuto Fundamental, se entra na atividade política, conforme o compromisso dos setores anti-somozistas. Eles estão se preparando. Tratando de debilitar o projeto revolucionário. Neste período tem se produzido uma luta política e ideológica que, acredito, não tem paralelo na América Latina. A preocupação revolucionária é a de entregar ao povo os instrumentos para a compreensão, a assimilação de suas próprias reivindicações, de suas próprias conquistas. Só as massas organizadas darão a resposta à burguesia, aos latifundiários, à reação.

Mulheres

A esquerda tradicionalmente afirma que temas como sexualidade não interessam à mulher da periferia. Hoje, especialmente aquelas que pretendem ver o movimento de mulheres diluído em bandeiras ditas "mais gerais", são enfáticas em cortar o tema sexo, em nome da urgência da carestia ou da Constituinte. Um curso realizado por petistas num bairro periférico de São Paulo, com mulheres de metalúrgicos e de trabalhadores da construção civil, provou exatamente o contrário.

O POVO QUER SEXO

Por Maria Tereza Verardo e Marília Carvalho

"Se o curso ajudou nas minhas relações? Ajudou, sim. Isso que vocês falaram da gente conversar com o marido se está gostando ou não. As vezes ele estava fazendo alguma coisa e parava. Podia ter continuado mais tempo, mas eu ficava quietinha (ela se encolhe). No começo do meu casamento eu não tinha prazer. Depois veio. Parou. É uma coisa que varia".

"Eu só conhecia uma amiga, aqui do pessoal. No começo foi muito difícil falar. Mesmo com minhas amigas eu só falo dessas coisas com aquelas muito chegadas. Com meu marido eu converso. Eu tenho mais vergonha do que ele para falar. Na minha família não se falava nunca. Minha mãe sabia muito pouco e mesmo o que sabia não falava. Ela é da roça. Quando eu via que elas estavam conversan-

do, ficava ouvindo no cantinho, mas logo levava uma bronca".

"Eu tomava comprimido. Parei em abril e engravidei. Mas perdi a

criança em julho. Em novembro engravidei de novo e com quatro meses tornei a abortar. O segundo em um ano. O médico diz que eu

estou com o útero virado. Fiquei quatro dias no hospital, tomando um tanto de coisas. Uma quantidade de soro que eu tomei, pra não deixar a criança sair. Mas eles não sabiam se ainda estava viva. Tinha que fazer ultra-som e o INPS não paga. Então fiquei com medo da criança estar morta e eu tomando tudo aquilo para não abortar. Eu já tinha abortado um outro, na terceira gravidez, tenho quatro filhos. Mas daquela vez eu acho que tinha um motivo: eu tinha perdido um outro filhinho, de um ano e meio e fiquei muito abalada, não comia direito. Eu não achava que tinha ficado com alguma coisa por causa desse aborto, mas ninguém podia me olhar que eu chorava. Minhas duas irmãs também estavam grávidas, eu via a barriga delas crescer... o médico falou que era um fator emocional".



Falar do prazer, do corpo, dos filhos. Estórias de partos, de gravidez, de amamentação. Informação e naturalidade, principalmente. O grupo varia muito, entre 16 e 32 mulheres. Muitas levam amigas que vão num domingo, não aparecem mais. Talvez isso ainda aumente a dificuldade que já trazem de falar de si mesmas. Mas, de repente, um depoimento vem do fundo, alguma coisa difícil de dizer. É uma moça que quase nunca falava nada, informa Tereza, uma das "professoras".

Elas são mulheres jovens, donas-de-casa, algumas empregadas ou operárias, casadas com trabalhadores da construção civil e metalúrgicos. Só duas são solteiras. São mulheres para quem a maternidade, a gravidez, os filhos são coisas muito presentes, muito importantes nas suas vidas.

Os filhos, aliás, lotam a pequena sala do núcleo do PT do Grajaú, Zona Sul de São Paulo. No fim da tarde, quando já estão cansados, é impossível discutir. A sala do núcleo é pequena, pobre, paredes sem reboco, bancos. Para passar slides, é preciso puxar um fio da lâmpada que pende do teto. E elas se reúnem ali há dez domingos.

No início, o choque diante do cartaz mostrando os genitais externos da mulher, como se elas se olhassem "por baixo" no espelho. Mas da vergonha e dos risinhos, elas passaram a uma boa discussão sobre o prazer. Por que só o homem pode gostar de sexo? Por que o homem tem orgasmo mais depressa? Se a mulher quer, ele acha esquisito, mas como esposa tem que querer, como é que fica? Aprenderam palavras como óvulo, espermatozóide, trompas, orgasmo, ciclo menstrual.

Novas palavras, novos corpos

Chegavam em casa, iam conversar com os maridos, eles também não tinham informação. Como discutir contraceptivos sem os maridos? Elas mesmas propõem e eles topam. A primeira discussão mista: relações sexuais e masturbação. Pouco a pouco, operários da construção civil e suas companheiras vão discutindo sua vida íntima, em público e com naturalidade. Os homens dão exemplos de si mesmos, não de algum "amigo", de casos que ouviram falar. Um marido se manifesta contra a liberdade da mulher: "o homem tem um encarregado na fábrica e a mulher tinha um encarregado

antes de casar que era o pai e depois de casado passa a ser o marido". Protestos gerais.

Aos poucos, aquelas mães e donas-de-casa vão ganhando rosto, de alguma forma tomando posse de si mesmas: "Incrível como elas começaram a curtir seus corpos, a chegar mais bonitas na aula", comenta Maria José, a outra "professora".

O curso, planejado para dois meses, durou três e meio. A educação diferenciada do menino e da menina, a dependência econômica da mulher, a precariedade do atendimento médico, o plano do governo de controle da natalidade, desemprego, política econômica do governo e muitos outros temas entraram de fininho nas tardes de domingo e foram alongando as discussões previstas. A avaliação de todas é que o curso foi bom, informou muitas coisas, sabiam coisas erradas. E querem discutir mais: sobre aborto e menopausa, sobre educação sexual, como responder às perguntas de seus filhos.

De toda forma, o grupo de mulheres vai continuar, lutando por uma creche e por uma Casa da Mulher do Grajaú, sonho de um local para encontrar, com posto médico, cursos profissionalizantes, debates.

O curso

Maria José e Tereza, as duas "professoras", são participantes da Associação das Mulheres e especialistas em sexualidade. O curso do Grajaú, segundo elas, foi organizado a partir de uma experiência anterior na Móoca, que acabou se esvaziando.

Elas destacam a importância de não fazer discussões muito "pesadas", chatas: "uma mulher que se desloca para uma discussão no domingo à tarde está à procura de informação, mas também de lazer". Daí a importância dos slides, cartazes, das aulas objetivas, sem teoria desnecessária.

O curso é resultado da necessidade que elas sentiam de trabalhar com as mulheres da periferia, numa visão de que o feminismo "não é para ser discutido eternamente entre nós mesmas". No Grajaú, o convite partiu de mulheres petistas, que haviam organizado um curso de discussão na sede do núcleo. Foram nove aulas, com os temas definidos por uma discussão inicial, onde a

contracepção e a gravidez foram os mais cotados. Os outros temas entraram como subsídio para compreender estes dois:

- 1) O corpo da mulher, anatomia e fisiologia
- 2) O corpo do homem
- 3) Menstruação
- 4) Contraceptivos
- 5) Relações sexuais e masturbação
- 6) Planejamento familiar do governo
- 7) Gravidez

Diante dos outros dez pedidos de cursos que já receberam, Maria José e Tereza organizaram, com a presença principalmente de feministas, um curso para formar novas "professoras". Segundo elas, "as perguntas são as mesmas, parece um vídeo-tape das discussões no bairro". Para quem estiver interessada, elas estão preparando também a série de slides e cartazes utilizados no curso, que podem ser procurados na Associação das Mulheres, Rua Cardeal Arcoverde 2.109, Pinheiros, São Paulo.